

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

MIGUEL RODRIGUES DE CAMARGO PALADINO

FASCISMO HISTÓRICO E CAPITALISMO MONOPOLISTA:
um estudo do caso italiano

Uberlândia
2026

MIGUEL RODRIGUES DE CAMARGO PALADINO

FASCISMO HISTÓRICO E CAPITALISMO MONOPOLISTA:
um estudo do caso italiano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes

Uberlândia

2026



ATA DE DEFESA - GRADUAÇÃO

Curso de Graduação em:	História - Bacharelado				
Defesa de:	INHIS31702 - Trabalho de Conclusão de Curso II				
Data:	17/03/2026	Hora de início:	09:30	Hora de encerramento:	11:15
Matrícula do Discente:	12211HIS029				
Nome do Discente:	Miguel Rodrigues de Camargo Paladino				
Título do Trabalho:	Fascismo histórico e capitalismo monopolista: um estudo do caso italiano.				
A carga horária curricular foi cumprida integralmente?		(X) Sim () Não			

Reuniu-se presencialmente no bloco 1H, sala 1H42, do Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, assim composta: Prof. Me. Luiz Fellippe de Assunção Fagaraz (PPGHI/INHIS) Doutorando ; Prof.^a Valentina Moretto Benatti ; Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes (INHIS/UFU), orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos, o(a) presidente da mesa, Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes, apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao/a discente a palavra, para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do curso.

A seguir o(a) senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

(X) Aprovado (a) Nota [80](Somente números inteiros)

OU

() Reprovado (a)

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente

ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Paulo Moraes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 17/03/2026, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valentina Moretto Benatti, Usuário Externo**, em 17/03/2026, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fellippe de Assunção Fagaraz, Usuário Externo**, em 17/03/2026, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7116785** e o código CRC **3FE3AB6A**.

Referência: Processo nº 23117.014031/2026-83

SEI nº 7116785

AGRADECIMENTOS

Depois de quase 1 hora olhando para uma folha em branco, começo a ter ideias sobre o que escrever e a quem agradecer. Não são tantas as pessoas a quem desejo dedicar este momento, mas aquelas que aparecem nessas linhas carregam uma importância imensa na minha trajetória.

Dessa forma, decido começar pelo óbvio e agradecer aos meus pais. Sei que não tivemos muito, por muito tempo, no entanto, aquilo que realmente importa, aquilo que eu mais precisava, nunca me faltou. Se hoje sou quem sou, grande parte dessa responsabilidade é de vocês, e digo isso com profundo orgulho. Mãezinha, você definitivamente correu para que eu pudesse caminhar hoje e acreditou em mim, mesmo quando eu dava sinais de que não deveria. Lutou e continua lutando por cada pequena conquista que alcançamos como família. Sua dedicação, sua força e sua capacidade de nunca desistir são, para mim, fonte constante de inspiração. Nossas conversas, provocações (a maioria de minha parte, é verdade), risadas e momentos juntos, em geral, são de grande alívio emocional enquanto estamos distantes. Papai, você é, sem qualquer dúvida, a pessoa de maior caráter que conheço. Durante minha infância, nem sempre pudemos compartilhar tanto tempo quanto gostaríamos. Ainda assim, hoje percebo como cada momento que passamos juntos tem um valor especial. Seja quando nos sentamos para assistir a algum esporte, quando você me chama para mostrar algo relacionado a carros ou quando nos perdemos em conversas sobre política, rock e tantos outros assuntos que nos aproximam. Nessas horas, sinto uma tranquilidade imensa, como se todo o tempo que faltou fosse, de alguma forma, recompensado.

À minha querida irmãzinha, Maria Helena, deixo um agradecimento cheio de carinho. Você é minha companheira para todas as horas. Sempre que tenho a responsabilidade de cuidar de você, sinto alegria, porque sei que teremos momentos preciosos juntos. Nossas conversas, nossas danças improvisadas, as risadas e tantas pequenas coisas que compartilhamos fazem com que eu deseje ainda mais tempo ao seu lado. Tenho certeza de que seu futuro será brilhante. Não tenho dúvidas de que você se tornará uma grande bióloga, e eu estarei sempre cheio de orgulho e torcendo pelo caminho (seja ele qual for) que irá trilhar.

Também não poderia deixar de agradecer ao Antônio e à tia Claudia, que foram fundamentais desde que cheguei à Uberlândia. O acolhimento, o carinho e o apoio que me ofereceram tornaram essa fase da minha vida muito mais leve do que provavelmente teria sido sem vocês. Obrigado pelas conversas, pelos incentivos constantes, pela companhia e até mesmo

pelo apoio acadêmico. Aproveito este momento para mencionar meus primos Matheus e Paulo Júnior. Foi uma alegria imensa poder me aproximar mais de vocês durante esse período em Uberlândia. Lembro-me de quando vocês iam embora de Piracicaba depois de visitas rápidas e de como eu ficava triste com a despedida. Felizmente, o tempo nos permitiu recuperar esse atraso.

Aos meus queridos tios de Valinhos, Ana e Marquinho, e ao meu primo Henrique, deixo também minha gratidão. Infelizmente, a distância nos obrigou a reduzir o número de vezes em que nos encontramos, só que nada afetou o amor que tenho por vocês. Na última vez em que estivemos juntos, consegui perceber claramente, no olhar de vocês, a torcida sincera pelo meu caminho. Saibam que esse sentimento é absolutamente recíproco.

Agradeço ainda à vovó Rosinha e à Dedê, que tiveram um papel enorme na minha criação durante a infância e que continuaram me apoiando mesmo depois de adulto. Também à vovó Toninha e ao vovô Léo, cuja presença sempre foi motivo de alegria e de boas lembranças cada vez que nos encontrávamos.

Quero dedicar também um agradecimento especial a alguns professores — que se tornaram, ao longo do tempo, verdadeiros amigos — do Instituto Atlântico de Ensino. Estudar ali significou, muitas vezes, estar em um ambiente bastante diferente da minha realidade social. Ainda assim, foram vocês que tornaram essa experiência possível e suportável. Por isso, agradeço à Mariana (História, Sociologia e Filosofia), ao Leandro (Educação Física), à Teacher Lu (Inglês), ao Marião (Literatura), ao Ulisses (Biologia) e ao Cebola (Matemática). Vocês me ensinaram algo que ultrapassa o conteúdo das aulas: me ensinaram a amar o processo de aprender e também o de ensinar. O futuro como professor ainda é um caminho que sigo refletindo, mas tenho plena consciência de que vocês foram decisivos para que essa possibilidade passasse a fazer parte da minha vida.

Para fechar com chave de ouro os agradecimentos piracicabanos, não poderia deixar de citar meus irmãos Henrique (Namb) e Caesar (Silas). Cada um de vocês marcou minha trajetória de maneiras únicas. Henrique, quando íamos nós dois para o Sesc ouvindo no carro um belíssimo Queen, as viagens para jogar vôlei, também pelo Sesc, as conversas completamente malucas e engraçadas (como por exemplo sobre o Fulkrug). Caesar, que desde o 9º ano foi meu companheiro de dia a dia na escola, todas as profundas conversas no lanche perto da sua casa, da jogatina no meio da praça de madrugada. E quando juntávamos nós três, ah, que tempo bom. Tantas conversas, risadas, alguns shows, etc. Só tenho a agradecer vocês por terem transformado minha caminhada em algo mais leve e divertido.

Valentina, se Uberlândia me proporcionou algo verdadeiramente especial, foi a oportunidade de te conhecer e de poder te chamar de melhor amiga. O apoio que você me deu em tantos momentos é algo difícil de colocar em palavras. Mas não somente isso: jogar ao seu lado me faz bem, trabalhar com você então nem se fala, e, claro, os tantos roles que já demos e ainda iremos dar. A sua companhia definitivamente me faz bem. Tom, meu companheiro de tudo, esportes, aniversário, risadas, jogatina, caronas, com toda a certeza, enfim, diversas coisas. O jeito como me acolheu seria algo difícil de acreditar... isso se eu não te conhecesse. A vocês dois, deixo minha gratidão mais sincera por nunca terem desistido de mim. Escolho vocês para compor minha banca porque representam, para mim, referências fundamentais tanto no ambiente acadêmico quanto na vida cotidiana. E, se agradei anteriormente aos meus professores por despertarem em mim o gosto por ensinar, seria injusto não reconhecer também o papel que vocês tiveram nesse processo. Obrigado por tudo.

Ao Proletários Esporte Clube, obrigado por me proporcionar um ambiente esportivo tão gostoso, sem nada daquilo que eu procurei me afastar. E também, claro, por ter me proporcionado conhecer tanta gente querida no ambiente esportivo.

Aos meus companheiros do CC (Centro de Convivência), que caminharam comigo ao longo de toda essa etapa da faculdade, deixo também minha gratidão. Obrigado pelo apoio constante, pelos trabalhos em grupo que conseguimos tornar produtivos e divertidos, pelas conversas intermináveis, pelos almoços no RU, pelas jogatinas depois das aulas e por todos os momentos que tornaram essa trajetória universitária mais leve e muito mais engraçada. Ao CC Union e agregados (Adhara, Bernardo, Caique, Gabriel Scatolin, Isadora, Leonardo, Luiza, Mabel, Maria Gabi, Nikollas e Thais) meu muito obrigado por tudo.

Por fim, não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, Sérgio Paulo, por ter topado essa empreitada de trabalhar um tema histórico, mas, ao mesmo tempo, tão atual e necessário. Desculpa dificultar a sua vida mudando tantas vezes de abordagem.

Peço perdão se as palavras que dediquei aqui parecem simples demais. Se há algo que ainda estou aprendendo, é justamente a expressar sentimentos por escrito. Ainda assim, espero que cada pessoa mencionada nessas linhas tenha sentido, ao longo da convivência comigo, o quanto foi importante na minha vida.

“Instruí-vos, porque precisaremos da vossa inteligência. Agita-vos, porque precisaremos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque precisaremos de toda a vossa força” (Gramsci, 2011).

RESUMO

Esta monografia analisa a ascensão do fascismo italiano sob a ótica da tradição marxista, compreendendo-o como uma resposta política direta à crise orgânica do capitalismo em sua fase monopolista. O objetivo é investigar as determinações estruturais que forjaram o Estado fascista como um instrumento de reorganização e blindagem da dominação burguesa diante do colapso do modelo liberal. A pesquisa ampara-se no referencial teórico marxista clássico para mapear, primeiramente, o esgotamento do liberalismo na Itália, um processo marcado historicamente pela “revolução passiva” e pelo mecanismo excludente do “transformismo”. Em seguida, a monografia dissecar a anatomia do regime fascista, caracterizado como uma “revolução preventiva” e fundamentado no conceito de bonapartismo, momento crítico em que a burguesia abdica do poder político direto para tentar salvar a sua supremacia econômica. Conclui-se que o fascismo operou como uma violenta tecnologia de gestão de crise, voltada para a destruição das organizações autônomas da classe trabalhadora e a imposição forçada do corporativismo. Fica evidente que a ditadura reacionária de massas não é uma anomalia, mas uma possibilidade inerente à modernidade capitalista quando a hegemonia e o consenso democrático-liberal se dissolvem.

Palavras-chave: fascismo italiano; capitalismo monopolista; tradição marxista; hegemonia.

ABSTRACT

This monograph analyzes the rise of Italian fascism from the perspective of the Marxist tradition, understanding it as a direct political response to the organic crisis of capitalism in its monopolistic phase. The objective is to investigate the structural determinations that shaped the fascist state as an instrument for the reorganization and safeguarding of bourgeois domination in the face of the collapse of the liberal model. The research is grounded in the classical Marxist theoretical framework in order to first map the exhaustion of liberalism in Italy, a process historically marked by the “passive revolution” and the exclusionary mechanism of “transformism.” It then examines the anatomy of the fascist regime, characterized as a “preventive counterrevolution” and interpreted through the concept of Bonapartism, a critical moment in which the bourgeoisie relinquishes direct political power in an attempt to preserve its economic supremacy. The study concludes that fascism functioned as a violent technology of crisis management, aimed at destroying the autonomous organizations of the working class and forcibly imposing corporatism. It becomes evident that a reactionary mass dictatorship is not an anomaly but rather a possibility inherent to capitalist modernity when democratic-liberal hegemony and consensus dissolve.

Keywords: italian fascism; monopoly capitalism; marxist tradition; hegemony.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPITALISMO MONOPOLISTA, CRISE ORGÂNICA E A GÊNESE DO FASCISMO ITALIANO.....	16
2.1	Capitalismo monopolista e o esgotamento histórico do liberalismo	16
2.2	Liberalismo italiano, revolução passiva e crise de hegemonia	25
2.3	Fascismo como solução política da crise do capitalismo.....	32
3	FASCISMO, ESTADO E LUTA DE CASSES: A INTERPRETAÇÃO MARXISTA DO CASO ITALIANO.....	37
3.1	Fascismo e luta de classes: fundamentos da interpretação marxista	37
3.2	Bases sociais do fascismo italiano.....	43
3.3	Violência fascista e destruição do movimento operário	47
3.4	A tomada do poder e a transformação do movimento em regime.....	53
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1 INTRODUÇÃO

O fascismo italiano pode ser situado como um dos fenômenos políticos mais instigantes e controversos do século XX. Ao observarmos sua trajetória, desde a consolidação do regime de Benito Mussolini até os debates historiográficos atuais, nos depararmos com visões que o tratam como uma explosão de irracionalidade coletiva, um mero desvio moral das instituições liberais, como se fosse apenas um parêntese na história, ou uma simples quebra autoritária da tradição parlamentar europeia. O problema central dessas interpretações é que, embora toquem em aspectos visíveis da superfície do regime, elas acabam promovendo um obscurecimento analítico das determinações estruturais profundas que, de fato, abriram caminho para a sua ascensão. Reduzir a experiência fascista a um simples acidente histórico ou a um surto ideológico irracional significa fechar os olhos para as intensas condições materiais, sociais e institucionais que o forjaram enquanto uma forma muito específica de Estado (Thalheimer, 2010). Para compreendermos sua gênese sem perdermos o rigor analítico, é preciso ir além das aparências: o fascismo não foi uma anomalia externa à sociedade burguesa, mas sim uma resposta concreta e historicamente determinada ao esgotamento do modelo liberal e à crise orgânica¹ do capitalismo em sua fase monopolista².

A hipótese central que orienta este trabalho sustenta que o fascismo italiano se configurou como uma resposta política específica à crise orgânica do capitalismo monopolista no período posterior à Primeira Guerra Mundial. Essa crise não se restringiu ao plano econômico, embora nele encontrasse fundamentos decisivos. Tratou-se de uma ruptura mais ampla, que atingiu simultaneamente a legitimidade das instituições liberais, a capacidade das classes dominantes de exercer hegemonia e a própria estrutura de representação política do Estado.

À medida que o capital se centralizava de forma vertiginosa dando origem a gigantescos conglomerados industriais e financeiros, a fronteira entre o poder econômico e o aparato estatal tornou-se cada vez mais indistinta, abalando de forma irreversível os alicerces da ordem liberal. Aquele modelo político clássico, ancorado na mediação dos parlamentos e em um mercado de concorrência relativamente dispersa, simplesmente perdeu sua capacidade de articulação. As velhas instituições revelaram-se estruturalmente impotentes para administrar uma sociedade

¹ O conceito de “crise orgânica” é melhor explicado no subtópico 1.1, “Capitalismo monopolista e o esgotamento histórico do liberalismo”.

² Autores como Lênin (2011), Sweezy (1976) e Thalheimer (2010) trabalham a fase monopolista do capitalismo em suas obras.

que agora fervilhava sob o peso de desigualdades profundas e de antagonismos de classes levados ao limite. Na prática, a tão celebrada promessa de que o Estado atuaria como um árbitro neutro ruiu e, para garantir sua sobrevivência e blindar os interesses dos monopólios, a engrenagem da acumulação passou a exigir uma mão estatal forte, traduzida em intervenções diretas e numa reorganização nitidamente coercitiva das relações sociais.

Na Itália, essas tensões assumiram características particulares. A unificação nacional, realizada sob a forma de uma revolução passiva³, produziu um Estado formalmente centralizado, mas socialmente frágil. O liberalismo italiano consolidou-se como regime de elites, sustentado por práticas como o transformismo parlamentar⁴ e a exclusão sistemática das massas populares da participação política efetiva (Gramsci; Togliatti, 2019). Diferentemente das revoluções burguesas clássicas, o processo italiano não promoveu uma integração orgânica entre Estado e sociedade civil. Como consequência, a estrutura política nacional nasceu com um déficit de legitimidade que se tornaria evidente nas décadas seguintes.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial atuou como um catalisador implacável das fraturas históricas que o país já carregava. O cenário de desorganização produtiva, somado à inflação sufocante e ao retorno dramático de milhares de veteranos à rotina civil, mergulhou a Itália em uma instabilidade vertiginosa. Este cenário de aguda tensão social atingiu seu ponto de ebulição no chamado *Biennio Rosso*⁵ (1919–1920), um biênio em que a polarização das classes ficou nítida por meio de greves contínuas, do controle das fábricas pelos trabalhadores e de uma ofensiva operária que pôs em xeque o próprio núcleo das relações de propriedade vigentes. Diante desse levante, a antiga estrutura política liberal parlamentar provou-se inoperante para absorver ou frear a ebulição das ruas. O impasse deixou de ser um mero tropeço governamental para se configurar como um abalo sistêmico profundo, um estado de paralisia que a teoria de Antonio Gramsci nos ajuda a decifrar com precisão. Configurou-se um bloqueio histórico: de um lado, as elites tradicionais perderam completamente a sua legitimidade para liderar a nação baseando-se na aceitação civil e pacífica dos dominados; do outro, as forças subalternas, a despeito de sua militância ardente, ainda careciam do vigor tático e estrutural necessário para tomar as rédeas e reorganizar a sociedade.

³ O conceito de “revolução passiva” é aprofundado no subtópico 1.2, “Liberalismo italiano, revolução passiva e crise de hegemonia”.

⁴ O conceito de “transformismo parlamentar” é abordado no subtópico 1.1, “Capitalismo monopolista e o esgotamento histórico do liberalismo”.

⁵ O *Biennio Rosso* foram “os dois ‘anos vermelhos’ que se seguiram à primeira eleição do pós-guerra, realizada em novembro de 1919, na qual o Partido Socialista Italiano (PSI) triplicou sua votação de antes da guerra, conseguindo quase um terço das cadeiras parlamentares e passando por uma onda de fervor ‘maximalista’” (Paxton, 2007, p. 177).

É nesse impasse histórico que o fascismo se insere, longe de representar a simples negação irracional da modernidade liberal, ele se apresentou como solução política autoritária para uma crise de hegemonia⁶. A destruição das organizações autônomas da classe trabalhadora, a centralização do poder executivo, a reorganização corporativa da economia e a mobilização de massas sob uma ideologia nacionalista constituíram mecanismos de recomposição da dominação burguesa em bases excepcionais. A partir da tradição marxista, compreende-se que o fascismo como forma de contrarrevolução preventiva não derrotou uma revolução triunfante, mas consolidou-se no momento em que a ameaça revolucionária, embora enfraquecida, ainda aterrorizava a classe dominante.

O recurso ao conceito de bonapartismo, elaborado por Karl Marx (2019) e retomado por intérpretes marxistas do fascismo, permite esclarecer a aparente autonomização do Estado sob o regime fascista. Em momentos de equilíbrio catastrófico entre classes antagônicas, o poder executivo tende a adquirir relativa autonomia, apresentando-se como instância situada acima da sociedade. Contudo, essa autonomia permanece estruturalmente vinculada à preservação das relações de produção vigentes. No caso italiano, a abdicação do controle político direto por parte da burguesia não significou renúncia à supremacia econômica, mas sim tratou-se, antes, de um cálculo de sobrevivência diante da incapacidade das instituições liberais de conter a crise.

Para dar sustentação a essa análise, o percurso argumentativo desta investigação ancora-se firmemente na tradição marxista clássica e nos seus desdobramentos teóricos mais incisivos. O alicerce para desvendar o Estado, não como um árbitro neutro, mas como uma forma histórica forjada no calor da luta de classes, é extraído das contribuições incontornáveis de Karl Marx (2011) e Friedrich Engels (2019). Avançando na complexidade do sistema produtivo, o texto mobiliza o rigor analítico de Lênin (2011) e Rosa Luxemburgo (1970) para decifrar a engrenagem do imperialismo e as contradições estruturais que definem o capitalismo em sua fase monopolista. Já no que toca à especificidade da formação social italiana, as lentes de Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti (2019) revelam-se indispensáveis, já que são suas as chaves de leitura vitais que iluminam as fraturas profundas do país. Por fim, para arrematar a compreensão do fascismo não como um desvio, mas como uma violenta tecnologia política de reorganização e blindagem do capital em tempos de colapso, o estudo dialoga intimamente com as perspectivas de pensadores como August Thalheimer (2010), György Lukács (2003) e Paul Sweezy (1976).

⁶ O conceito de “crise de hegemonia” é melhor explicado no subtópico 1.2, “Liberalismo italiano, revolução passiva e crise de hegemonia”.

O entrelaçamento de todo esse arcabouço teórico nos permite enxergar o projeto fascista muito além da fachada de uma ditadura comum; ele desponta, na verdade, como a tradução histórica das severas mutações enfrentadas pelo sistema produtivo. Essa engrenagem extrema entra em cena exatamente no instante em que o velho modelo liberal perde sua força para assegurar a estabilidade da ordem social. Quando o embate entre as forças sociais atinge uma polarização de não retorno, as vias clássicas de negociação e os fóruns representativos simplesmente entram em colapso, tornando impossível qualquer mediação pacífica. É sob essa ótica que a experiência italiana se revela como uma violenta engenharia para reerguer a dominação das elites. Para blindar o sistema, a tradicional receita de convencimento e respeito às leis é descartada, cedendo lugar a uma centralização implacável da força, que passa a se sustentar pelo terror metódico, pela disciplina férrea do Estado e por uma vigorosa arregimentação ideológica das multidões.

Para dar conta dessa complexa teia histórica, a arquitetura desta pesquisa estrutura-se em dois eixos analíticos fundamentais. No primeiro capítulo, o olhar volta-se para as raízes do colapso, tendo sido mapeadas as mutações profundas geradas pela concentração extrema do capital, a falência irreversível do modelo político tradicional na Itália e a eclosão daquele abalo sistêmico que acabou pavimentando o caminho para a alternativa extremista. Já o segundo capítulo é dedicado a dissecar a anatomia do regime em sua plenitude. Nele, a experiência fascista é examinada como uma tecnologia estatal inédita e uma violenta estratégia para reordenar o conflito social. Para desvendar essa engrenagem, a investigação detalha os grupos sociais que lhe deram sustentação tática, a sua eficácia em atuar como um gestor de crise implacável para salvaguardar a economia de mercado e, por fim, como o movimento aprisionou a sociedade civil, consolidando-se sob a forma de uma verdadeira ditadura reacionária de massas.

Ao revisitar o fascismo histórico a partir de uma leitura marxista, esta pesquisa não busca apenas oferecer uma interpretação retrospectiva de um regime encerrado no passado. Ao contrário, pretende contribuir para a compreensão das formas pelas quais a dominação de classe pode se reconfigurar em momentos de impasse estrutural do capitalismo. A experiência italiana demonstra que a democracia liberal não constitui barreira definitiva contra regressões autoritárias; quando a hegemonia se dissolve e o consenso se esgota, a coerção tende a ocupar o centro da política. Compreender o fascismo, portanto, é compreender também as possibilidades inscritas nas crises da modernidade capitalista.

Para dar conta de toda a complexidade desse fenômeno, esta monografia foi organizada em dois capítulos fundamentais, os quais conduzem a investigação desde as raízes estruturais

da crise até a consolidação da máquina estatal ditatorial. O primeiro capítulo, intitulado “Capitalismo monopolista, crise orgânica e a gênese do fascismo italiano”, dedica-se a mapear o cenário macrossocial e econômico. Nele, foi examinado como as intensas transformações do início do século XX e a transição para a fase monopolista do capital forjaram uma profunda crise orgânica. O texto demonstra como esse abalo sistêmico levou ao esgotamento histórico do liberalismo italiano, gerando um vácuo de hegemonia que serviu de terreno fértil para a eclosão da solução fascista.

Já o segundo capítulo, “Fascismo, Estado e luta de classes: a interpretação marxista do caso italiano”, aprofunda-se na anatomia do regime e em sua operacionalidade. Esta etapa analisa a experiência fascista não apenas como um autoritarismo genérico, mas como uma violenta estratégia estatal para reorganizar a luta de classes e blindar a dominação burguesa. Para desvendar essa engrenagem, a pesquisa investiga as bases sociais heterogêneas do movimento, que une o ressentimento da pequena burguesia aos interesses do grande capital, os métodos de destruição sistemática do movimento operário e, finalmente, os acordos políticos que permitiram a tomada do poder e a conversão de uma milícia em regime institucionalizado.

2 CAPITALISMO MONOPOLISTA, CRISE ORGÂNICA E A GÊNESE DO FASCISMO ITALIANO

2.1 Capitalismo monopolista e o esgotamento histórico do liberalismo

A emergência do fascismo italiano deve ser compreendida no interior das transformações estruturais do capitalismo nas primeiras décadas do século XX. A leitura marxista defende de que o fascismo não constitui uma anomalia histórica, nem mesmo um simples desvio autoritário do liberalismo, mas sim uma resposta política específica a uma crise profunda da ordem capitalista. Essa crise não se limita ao plano econômico, estendendo-se às instituições políticas, às formas de representação e à capacidade das classes dominantes de exercer direção social. Nesse sentido, o fascismo italiano aparece como produto histórico da transição ao capitalismo monopolista, do esgotamento do Estado liberal e da intensificação da luta de classes.

Desde o final do século XIX, o capitalismo europeu atravessava um processo de transformação estrutural marcado pela crescente concentração e centralização do capital. A concorrência entre capitais individuais, característica do capitalismo em sua fase inicial, passou progressivamente a dar lugar à formação de grandes empresas, cartéis e trustes, articulados ao capital financeiro e ao Estado. Marx já havia indicado que esse movimento não era contingente, mas imanente à lógica da acumulação capitalista ao observar que “na mesma medida em que se desenvolvem a produção e a acumulação capitalista, desenvolvem-se também a concorrência e o crédito, as duas alavancas mais poderosas da centralização” (Marx, 2013, p. 702 *apud* Maciel *et al.*, 2021, p. 130). O resultado desse processo foi a constituição de um capitalismo cada vez mais dominado por grandes conglomerados econômicos, capazes de influenciar decisivamente as políticas estatais.

Essa centralização, contudo, não eliminou as tensões do sistema, mas alterou sua forma de intensidade. Ao concentrar o poder econômico, o capitalismo monopolista limitou a flexibilidade dos antigos mecanismos de ajuste da fase concorrencial, o que favoreceu a emergência de intervenções estatais na economia. Na prática, essa atuação do Estado frequentemente serviu para resguardar os interesses dos grandes grupos econômicos, o que contribuiu para o acirramento das tensões entre o capital e o trabalho. Através da crítica marxista da economia política, esse processo é analisado como um período em que as contradições do sistema atingiram novos níveis de complexidade e abrangência.

Esse processo não representou apenas uma mudança quantitativa no tamanho das empresas, mas uma transformação qualitativa na essência do modo de produção. A concorrência não foi suprimida, mas elevada a um novo patamar de violência e abrangência, no qual gigantescas estruturas corporativas passaram a disputar não mais apenas consumidores locais, mas a partilha econômica do globo. Vladimir Lênin (2011), em “O imperialismo etapa superior do capitalismo”, captou com precisão esse movimento histórico ao observar que:

[...] a livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio (Lênin, 2011, p. 216-217).

Um elemento decisivo nessa metamorfose foi a mudança no papel do sistema bancário. Se no capitalismo concorrencial os bancos atuavam como modestos intermediários de pagamentos, na fase monopolista, eles se tornaram os centros nervosos de comando da economia. Ao fundirem-se com o capital industrial, deram origem ao capital financeiro, uma oligarquia que passou a subordinar tanto a produção quanto a política aos seus interesses de rentabilidade. Essa nova configuração econômica tornou obsoleto o Estado liberal clássico, o “guarda noturno” que apenas vigiava a propriedade sem intervir, criando as precondições materiais para um Estado forte e interventor, capaz de garantir a acumulação dos grandes monopólios em tempos de crise.

A Primeira Guerra Mundial (1914–1918) acelerou drasticamente essas contradições. A mobilização econômica, o endividamento público, a inflação e a desorganização produtiva produziram um cenário de crise generalizada nas sociedades europeias. No pós-guerra, a promessa de retorno à normalidade liberal mostrou-se ilusória. A guerra acabou revelando, de forma brutal, os limites históricos do liberalismo e aprofundou a percepção de que as instituições existentes “entraram em decadência ou colapso” (Hobsbawm, 1995, p. 112), já que não eram mais capazes de garantir estabilidade e ordem.

Essa decadência se manifestou na crescente dissolução dos ideais que haviam sustentado a civilização liberal do século XIX, sendo alguns dele:

- a) anti-humanismo: o humanismo liberal, que em sua origem tinha elementos progressistas, foi se esvaziando e assumindo uma versão pautada no ideal de um indivíduo isolado e abstrato, uma universalização do sujeito burguês. Essa concepção promovia alternativas utópicas, incapazes de oferecer soluções concretas para os problemas vividos pelas massas, abrindo espaço para um crescente sentimento de anti-

humanismo e uma relativização do valor da vida humana. Sem contato com o humanismo proletário, que articula a realização do indivíduo com a do gênero humano, a população se tornou presa fácil para o pseudo-heroísmo dos fascistas, em sua inescrupulosa exploração do desespero das massas;

- b) anti-progressismo e retorno a um passado mítico: o progresso, na visão liberal decadente, foi reduzido a meros avanços técnicos, não estruturais, dentro de uma perspectiva apologética da ordem vigente. Isso tornou as massas altamente vulneráveis a uma visão cética quanto a qualquer possibilidade de avanço humano, deixando apenas a chance mistificada de um retorno a um passado imaginário e glorioso;

Para a concepção de mundo fascista, a história é compreendida como uma contínua corrupção e degradação. A única melhora possível seria oriunda de um processo mítico, um verdadeiro milagre, encarnado por um messias dotado da intuição necessária para executá-lo (Brandão, 2019, p. 12).

- c) irracionalismo e anti-intelectualismo: a razão, na ideologia burguesa em declínio, passou a se identificar com o reino da burguesia. A ciência convergiu para uma dimensão de pura apologia, confundindo sua correção com o grau de utilidade para a reprodução do capital. O resultado foi o descrédito da própria razão. O fascismo soube manobrar essa situação, propondo uma negação radical da razão e o desenvolvimento de uma bandeira profundamente anti-intelectualista e anticientífica, tomando o irracionalismo como veículo puro de mobilização das massas. Como observa Mussolini (1932), em “A Doutrina do Fascismo”, sua doutrina não nasceu de um programa previamente escrito, mas da necessidade de ação;
- d) antidemocracia e elitismo: a democracia liberal, com seu formalismo e sua incapacidade de atender às demandas concretas dos trabalhadores, gerou um crescente descrédito. As eleições burguesas eram vistas como um mecanismo de manipulação que conduzia ao poder representantes das “duzentas famílias” (Brandão, 2019, p. 11). A crise do sistema parlamentar levou à falsa constatação de que o problema era a democracia em si, e não a democracia liberal. A saída propagandeada pelos fascistas foi a radicalização do caráter aristocrático do poder político, regido por figuras messiânicas, heróis ou gênios, que representariam a verdadeira vontade do povo, não em termos de quantidade, mas de qualidade.

Do ponto de vista político, essa transformação colocou em xeque as bases do liberalismo clássico. O Estado liberal-parlamentar, concebido para mediar conflitos em uma sociedade de concorrência relativamente equilibrada, mostrou-se progressivamente incapaz de governar uma sociedade marcada por desigualdades crescentes e por antagonismos de classe intensificados. As promessas de representação, legalidade e neutralidade do Estado tornaram-se cada vez mais difíceis de sustentar diante da realidade da dominação monopolista. Essa tensão estrutural entre forma política liberal e conteúdo econômico monopolista constitui um elemento central para a compreensão das crises políticas do período.

A consolidação dos monopólios não alterou apenas a superfície do mercado, mas atingiu o núcleo da teoria da economia política: o funcionamento da Lei do Valor. Esta lei é definida como o conjunto de forças que, em uma sociedade de produtores privados, regula as razões de troca entre as mercadorias, as quantidades produzidas e a distribuição da força de trabalho social entre os diversos ramos da produção (Sweezy, 1976). No cerne dessa dinâmica, estabelece-se que o valor de uma mercadoria é determinado estritamente pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, ou seja, aquele exigido sob as condições sociais normais de uma dada época, com o grau médio de destreza e intensidade do trabalho (Marx, 2019).

No capitalismo concorrencial, a Lei do Valor operava como um regulador invisível que, através das flutuações de preços, distribuía os recursos e o trabalho social, agindo como uma lei interna e cega que mantinha o equilíbrio social em meio às flutuações do mercado. Contudo, sob o capitalismo monopolista, essa regulação automática é travada. A capacidade dos cartéis e trustes de fixarem preços de monopólio, determinados pela solvência dos compradores e não mais pelo custo geral de produção ou pelo valor real, rompe o nexo direto entre o tempo de trabalho socialmente necessário e o preço do mercado. Paul Sweezy (1976), ao resgatar e atualizar o debate sobre a realização da mais-valia, observa que essa nova configuração gera uma contradição insuperável: a capacidade produtiva expande-se aceleradamente, impulsionada pelo objetivo ilimitado da acumulação capitalista, mas a base de consumo da sociedade, restrita por condições antagônicas de distribuição que reduzem o consumo da grande massa da população a um mínimo variável, não consegue acompanhar esse ritmo, resultando em um desajuste estrutural entre a produção e o consumo (Sweezy, 1976).

Essa discrepância não é um acidente de percurso, mas uma falha geológica do sistema. A racionalidade do capitalista individual, que busca maximizar o lucro restringindo os salários e, portanto, o consumo, transforma-se em irracionalidade para o sistema como um todo. Sweezy (1976) formaliza essa tendência ao demonstrar que há uma pressão estrutural para que o

investimento em meios de produção cresça mais rápido do que a demanda final por bens de consumo. Em “Teoria do desenvolvimento capitalista”, segundo sua análise:

[...] como os capitalistas, que controlam a direção dos recursos e fundos, agem de modo a produzir uma queda constante na razão [...] segue-se que há uma tendência inerente para o crescimento do consumo atrasar-se em relação ao crescimento da produção de bens de consumo (Sweezy, 1976, p. 211).

O resultado desse descompasso é a tendência à estagnação ou depressão crônica, um fenômeno que encontra sua explicação definitiva em Marx (2019). Segundo o autor, o motor das transformações históricas reside no fato de que, “a totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política” (Marx, 2019, p. 47). Diferente das crises do século XIX, que funcionavam como purgativos violentos, mas temporários para restaurar o equilíbrio do sistema, a fase monopolista do capitalismo leva essa contradição ao limite, fazendo com que, “de formas de desenvolvimento das forças de produção, essas relações se transformam em suas cadeias” (Sweezy, 1976, p. 42). Nesse estágio, a busca incessante por autovalorização desenvolve as forças produtivas de tal maneira que a estrutura social burguesa, fundamentada na apropriação privada e em um poder de consumo das massas, já não consiga absorver o volume de mercadorias gerado, resultando em uma capacidade produtiva ociosa permanente. Assim, a estagnação não é uma anomalia externa, mas o produto necessário de um sistema onde a produção de riqueza, cada vez mais socializada em escala mundial, choca-se com relações de produção que impedem que o progresso técnico se reverta em benefício da massa do povo (Lênin, 2011).

A intensificação das contradições do capitalismo monopolista teve impactos diretos sobre a forma política do Estado liberal, visto que, à medida que a acumulação se concentrava e a economia se tornava cada vez mais dependente de grandes conglomerados financeiros e industriais, o espaço para a mediação democrática dos conflitos sociais se estreitava. O liberalismo político, fundado na ideia de equilíbrio entre interesses concorrentes, mostrou-se estruturalmente incompatível com uma ordem econômica marcada pela concentração extrema do poder material. Essa contradição não se expressou apenas no plano institucional, mas também na crise de legitimidade do próprio Estado.

Se a tendência à estagnação, diagnosticada por Sweezy (1976), revela os limites internos do consumo sob o monopólio, a teórica Rosa Luxemburgo (1970) avança na investigação ao propor que o capitalismo sofre de uma incapacidade congênita de realizar a mais-valia dentro

de suas próprias fronteiras puras. Ao analisar os esquemas de reprodução de Marx, Luxemburgo (1970) identificou um problema lógico: em uma sociedade composta exclusivamente por capitalistas e trabalhadores, não haveria demanda suficiente para absorver a parcela da mais-valia destinada à expansão da produção (acumulação), uma vez que os trabalhadores consomem apenas o equivalente aos seus salários e os capitalistas, por definição, não podem consumir todo o excedente sem deixar de serem capitalistas. Para ela, tentar resolver essa equação internamente leva a um impasse lógico, pois “elaborar mais meios de consumo simplesmente para poder alimentar mais operários, e elaborar mais meios de produção simplesmente para dar ocupação àquele aumento de operários, é um absurdo do ponto de vista capitalista” (Luxemburgo, 1970, p. 104).

Para romper esse círculo vicioso, o capital necessita invadir esferas não capitalistas como economias camponesas, colônias e nações atrasadas, que servem como terceiras pessoas compradoras, permitindo a realização do lucro. Contudo, à medida que o imperialismo integra essas zonas à economia de mercado, o espaço para expansão se contrai, exigindo uma nova válvula de escape para a acumulação contínua. É neste ponto que o militarismo deixa de ser apenas um braço armado do Estado para se tornar uma engrenagem econômica central. Luxemburgo (1970) argumenta que a produção de armamentos oferece um campo ideal para o investimento de capital e a realização de mais-valia, pois cria uma demanda garantida pelo Estado que não depende do poder de compra restrito das massas trabalhadoras. Em sua análise, “o militarismo tem ainda outra função importante. De um ponto de vista puramente econômico, ele é para o capital um meio privilegiado de realizar a mais-valia; em outras palavras, é um campo de acumulação” (Luxemburgo, 1970, p. 399).

O mecanismo financeiro que viabiliza esse processo opera por meio do sistema fiscal. O Estado, via impostos indiretos, drena o poder de compra da classe trabalhadora e da pequena burguesia, transferindo esses recursos para o capital industrial na forma de encomendas bélicas. Assim, o que era consumo popular, converte-se em demanda de ferro, aço e tecnologia militar, sustentando a taxa de lucro dos grandes monopólios. Essa dinâmica revela a funcionalidade econômica da violência: ela não apenas conquista mercados externos, mas organiza a economia interna para a guerra.

À luz disso, Rosa Luxemburgo conclui que:

[...] praticamente, sobre a base do sistema de impostos indiretos, o militarismo desempenha estas duas funções: assegura, às custas das condições normais de vida da classe operária, tanto a manutenção do órgão de dominação capitalista – o exército permanente – como a criação de um magnífico campo de acumulação para o capital (Luxemburgo, 1970, p. 409).

Dessa forma, a corrida armamentista e a guerra não são desvios políticos, mas necessidades orgânicas de um sistema que, para não colapsar economicamente, precisa converter a riqueza social em meios de destruição.

A transição da livre concorrência para o monopólio não reorganizou apenas a produção, mas exigiu uma reformulação completa da ideologia e da prática política do Estado burguês. O liberalismo clássico, com sua doutrina de *laissez-faire* e sua defesa de um Estado “guarda noturno”, que intervém o mínimo possível, correspondia a uma fase em que o capitalismo era composto por múltiplas unidades pequenas e médias que competiam no mercado. Contudo, a era do capital financeiro, analisada profundamente por Rudolf Hilferding (1910 *apud* Sweezy, 1976), inverte essa lógica. O capital monopolista, para garantir seus lucros extraordinários e proteger seus mercados internos enquanto conquista os externos, necessita de um Estado forte, interventor e agressivo. Hilferding (1910 *apud* Sweezy, 1976, p. 411) capta a essência dessa ruptura ao afirmar que a ideologia do capital financeiro “é totalmente oposta à do liberalismo; o capital financeiro não deseja liberdade, mas domínio; não tem o gosto da independência que o capitalista individual revela, mas demanda sua arregimentação”.

Essa demanda por domínio em vez de liberdade corroeu as bases das instituições parlamentares liberais. O parlamento, concebido como um espaço de debate racional e de mediação de interesses diversos, passou a ser visto pelas elites monopolistas e pelos movimentos reacionários como um entrave à rapidez e à decisão exigidas pela competição imperialista e pela contenção da luta de classes. Francisco Carlos Teixeira da Silva (2000, p. 131) aponta como essa crítica ao liberalismo se traduziu no discurso fascista, observando que, na visão desses movimentos, “no Parlamento, o poder desviriliza-se – ele, que é ação, torna-se debate, palavra, parlamento!”. A democracia liberal, portanto, tornou-se disfuncional para um estágio do capital que exigia a unidade de comando e a eliminação das dissidências internas para enfrentar a guerra externa e a revolução interna.

O fascismo, nesse sentido, não é uma negação irracional da modernidade, mas a resposta política ajustada às necessidades do capital em sua fase imperialista e de crise. Ele descarta a hipocrisia liberal de igualdade e pacifismo, que já não servia aos propósitos de expansão violenta dos mercados, revelando o que Paul Sweezy (1976) descreve como a essência “monopolista, violenta e expansionista” (Sweezy, 1976, p. 367) do sistema em crise. Assim, a incompatibilidade entre a estrutura econômica monopolista e a superestrutura política liberal criou um vácuo de legitimidade que o fascismo viria a preencher, substituindo o ideal de liberdade individual pelo poder estatal absoluto. Como explicou Hobsbawm (1995), a Era da

Catástrofe destruiu a esperança de restaurar a sociedade liberal do século XIX, evidenciando que o Estado parlamentar era incapaz de lidar com as contradições do capital e com o avanço revolucionário das massas. Diante desse colapso institucional, o grande capital passou a ver na ditadura aberta do fascismo o principal baluarte contra a revolução social e o instrumento necessário para a dinamização e modernização das economias industriais sob uma autoridade centralizada (Hobsbawm, 1995).

O esgotamento do liberalismo e a ascensão dos monopólios não foram processos puramente abstratos, eles atingiram a estrutura da sociedade com a violência de um cataclismo, alterando profundamente a psicologia e as condições materiais das classes. A vítima mais notória dessa transição foi a pequena burguesia, caracterizada por Marx (2011, p. 67) como “uma classe de transição, na qual os interesses de duas classes se embotam de uma vez só”. Espremida entre a concentração do capital financeiro e a organização crescente do movimento operário, essa camada intermediária viu seu mundo ruir. A inflação e a crise econômica, instrumentos manejados pela alta burguesia para recompor suas taxas de lucro, devastaram esse estrato social, gerando um processo de proletarianização que não levou à adesão ao socialismo, mas a um ressentimento explosivo capaz de ser capturado por ideologias de ordem e hierarquia.

Simultaneamente, a própria classe operária sofria mutações decisivas sob o imperialismo, deixando de ser um bloco monolítico. A obtenção de superlucros monopolistas permitiu à burguesia das nações centrais cooptar uma parcela superior da classe trabalhadora, criando uma cisão interna fundamental. Lênin identifica esse fenômeno como a formação de uma aristocracia operária, um estrato que, ao adotar valores pequenos burgueses e afastar-se da massa empobrecida, “constitui o principal apoio da II Internacional e, nos nossos dias, o principal apoio (não militar) da pequena burguesia” (Lênin, 2011, p.115). Assim, a crise do liberalismo foi acompanhada por uma fragmentação na qual a pequena burguesia radicalizada foi à direita e uma elite operária domesticada foi ao centro, criando o impasse político que o fascismo se propôs a romper.

Na Itália, essas tensões assumiram contornos geográficos e sociais específicos devido ao desenvolvimento desigual, que transformou o Sul e as ilhas em uma “colônia econômica” (Gramsci, 2011, p. 14) do Norte industrializado. Enquanto a aristocracia operária do Norte, encarnada nas lideranças reformistas, era frequentemente alvo da corrupção política e do transformismo para neutralizar o impulso revolucionário, a vanguarda operária de Turim, liderada por Gramsci, compreendeu que a superação da ordem liberal dependia organicamente de romper o isolamento do proletariado através de uma aliança com as massas camponesas meridionais.

Um exemplo emblemático dessa estratégia de dominação e da tentativa operária de resistência foi a história da *Brigata Sassari* em 1919. O Estado liberal enviou quatro mil soldados dessa brigada, composta majoritariamente por camponeses e pastores sardos, a Turim, com a missão explícita de reprimir o movimento operário local. Contudo, em vez do confronto esperado entre trabalhadores urbanos e camponeses fardados, o grupo de Gramsci desenvolveu um eficaz trabalho de propaganda entre os soldados, evidenciando que ambos eram vítimas da mesma “ímpiedosa ditadura das classes proprietárias” (Gramsci *apud* Togliatti, 1950, p. 8). Essa experiência demonstrou que a força do regime dependia da fragmentação interna da população, utilizando soldados do Sul para esmagar operários do Norte, e que apenas a unificação dessas massas poderia desarticular o aparato de opressão estatal que sustentava a elite liberal (Gramsci, 2011).

É nesse contexto que se coloca a noção gramsciana de crise orgânica, fundamental para a interpretação marxista do fascismo. Para Gramsci (2019), uma crise orgânica ocorre quando as classes dominantes perdem a capacidade de exercer hegemonia⁷, isto é, de combinar coerção⁸ e consenso⁹ de modo estável. Nessas situações, a crise deixa de ser apenas econômica ou governamental e passa a envolver o conjunto das relações sociais e políticas.

Entre as diversas abordagens teóricas sobre o fascismo, destaca-se a tradição marxista, que desde cedo buscou situá-lo no interior da luta de classes e da dinâmica contraditória da reprodução do capital em crise. Essa perspectiva entende o fascismo não como fenômeno externo ao capitalismo, mas como uma de suas possíveis soluções políticas em contextos de impasse histórico.

É necessário sintetizar como a fragmentação social e o impasse econômico descritos nesta etapa encontraram sua resolução perversa. O fascismo não emergiu apenas como uma reação emocional ou um surto de irracionalidade, mas apresentou-se objetivamente como uma solução técnica para as contradições insolúveis do capitalismo monopolista sob a égide liberal. Diante da paralisação dos mercados e da ameaça operária por parte das greves e paralisações, a burguesia necessitava de um instrumento que, rompendo com os escrúpulos da legalidade

⁷ A hegemonia em Gramsci representa a direção intelectual e moral exercida por uma classe sobre a sociedade civil, transcendendo a mera aplicação de força pelo aparato estatal. Esse processo baseia-se na obtenção do consenso das massas, onde os interesses da classe dominante são apresentados como universais através da atuação de intelectuais orgânicos em instituições como escolas e igrejas (Gramsci, 2011).

⁸ A coerção constitui o domínio exercido pela sociedade política por meio do uso legal da violência e do aparato repressivo e coercitivo do Estado, servindo para enquadrar as massas e punir aqueles que não reconhecem a lei vigente (Gramsci, 2011).

⁹ O consenso representa a direção intelectual e moral da sociedade, operando na esfera da sociedade civil através de organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos e as escolas, para fabricar o consentimento ativo ou passivo das massas em torno dos interesses da classe dominante (Gramsci, 2011).

parlamentar, pudesse forçar a recuperação da taxa de lucro por meio da compressão violenta dos salários e da reorganização centralizada da produção. O Estado fascista, portanto, atua como um gestor de crise de emergência, realizando a fusão entre o poder público e os interesses privados dos grandes cartéis, tarefa que a mão invisível já não conseguia cumprir. Gramsci (2019, p. 254) é cirúrgico ao definir essa funcionalidade econômica do regime, observando que “no campo econômico, o fascismo age como instrumento de uma oligarquia industrial e agrária para centralizar, na mão do capitalismo, o controle de todas as riquezas do país”. Assim, o fascismo constitui a racionalidade brutal do capital que, para sobreviver economicamente, precisou suicidar-se politicamente enquanto democracia liberal.

No caso italiano, essa crise manifestou-se como crise do Estado liberal, crise de representação e crise política. As classes dominantes já não conseguiam governar exclusivamente por meio do consenso parlamentar, mas tampouco aceitavam uma transformação revolucionária da ordem social. Formou-se, assim, um vácuo de hegemonia, no qual forças autoritárias puderam se apresentar como alternativas de reorganização da ordem. O fascismo emergiu precisamente nesse terreno.

2.2 Liberalismo italiano, revolução passiva e crise de hegemonia

A unificação nacional italiana deu origem a um Estado politicamente centralizado, porém socialmente frágil. Diferentemente das revoluções burguesas clássicas, como a Francesa de 1789, esse processo não resultou de uma mobilização popular ampla nem promoveu uma ruptura profunda com as estruturas sociais anteriores. Tratou-se de uma unificação conduzida pelo alto, na qual as elites regionais foram incorporadas ao novo Estado sem que se realizasse uma transformação substantiva das relações de poder no campo e na cidade. Como resultado, consolidou-se um Estado carente de enraizamento social e de legitimidade política duradoura.

Esse tipo de formação estatal produziu um liberalismo marcado por práticas políticas excludentes, como o transformismo parlamentar. O parlamento consolidou-se como espaço de negociação entre grupos dirigentes, afastado das demandas populares e incapaz de construir um consenso social amplo. Em vez de funcionar como arena de disputa entre projetos antagônicos de sociedade, tornou-se um mecanismo de acomodação das elites, responsável por preservar a ordem existente sem enfrentar suas contradições estruturais.

A rivalidade estrutural entre o Norte industrializado e o Sul agrário aprofundou a fragilidade do Estado liberal. No Sul, a permanência do latifúndio e de relações tradicionais de dominação limitou a formação de um movimento camponês autônomo, contando com a

influência decisiva da Igreja Católica para o enquadramento dessas populações. O Vaticano organizou um “bloco reacionário e antiestatal, constituído pelos latifundiários e pela grande massa de camponeses atrasados, controlados e dirigidos por ricos proprietários e pelos sacerdotes” (Gramsci; Togliatti, 2019, p. 10). Através da Ação Católica, a Igreja buscou “inscrever as massas camponesas no quadro do Estado burguês” (Gramsci; Togliatti, 2019, p. 12), tentando satisfazer superficialmente suas aspirações para evitar que se tornassem uma força revolucionária aliada ao proletariado. Assim, o liberalismo italiano reproduziu desigualdades regionais permanentes, sustentado por um pacto em que a “exploração econômica e a opressão política” (Gramsci; Togliatti, 2019, p. 8) uniam-se para manter a população meridional submissa e apartada da vida política efetiva.

A debilidade congênita do Estado italiano, que viria a colapsar sob a pressão do fascismo, encontra sua raiz na modalidade específica de sua formação nacional. Diferentemente do modelo clássico da Revolução Francesa, iniciada em 1789, onde a burguesia logrou mobilizar o campesinato e as massas urbanas para romper radicalmente com o passado feudal, a unificação italiana caracterizou-se pelo que Antonio Gramsci (2019) conceituou como “revolução passiva”, conceito central para a compreensão da história política italiana. Segundo o autor, a revolução passiva caracteriza-se pela realização de mudanças estruturais sem protagonismo popular, por meio de compromissos entre frações das classes dominantes.

Em sua análise sobre a modificação da tática das classes dirigentes, Gramsci afirma que o regime:

[...] modifica, na substância, o programa de conservação e de reação... substituindo a tática dos acordos e dos compromissos pelo propósito de realizar uma unidade orgânica de todas as forças da burguesia num único organismo político controlado por uma única central que deveria dirigir simultaneamente o Partido, o Governo e o Estado. Este propósito corresponde à vontade de resistir completamente a qualquer ataque revolucionário, o que permite ao fascismo recolher as adesões da parte decididamente mais reacionária da burguesia industrial e dos agrários (Gramsci, 2019, p. 253-254).

Esse processo visava, fundamentalmente, “assinalar o fim da participação das massas na vida política e administrativa do país” (Gramsci, 2019, p. 256), preservando a hegemonia da classe dominante em tempos de crise.

O processo de unificação da Itália, conhecido como Risorgimento, caracterizou-se como a revolução passiva explicada por Gramsci, que foi conduzida pelo alto, excluindo a participação orgânica das massas populares. Esta engenharia política “concebeu a unidade como ampliação do Estado piemontês e do patrimônio da dinastia, não como movimento

nacional de baixo para cima, mas como conquista régia” (Gramsci, 2002, p. 38). Essa interpretação atingiu sua maturidade nas Teses de Lyon (1926), documento que selou a vitória política e teórica de Gramsci contra o sectarismo de Amadeo Bordiga (Togliatti, 1950). Ao derrotar a linha abstencionista de Bordiga, Gramsci impôs a “bolchevização” (Togliatti, 1950, p. 29) do partido, transformando-o em uma organização de massas voltada para a aliança estratégica com o campesinato do Sul. A análise das Teses de Lyon é taxativa ao identificar que o objetivo dessa engenharia política não era a emancipação social, pois:

[...] a finalidade que a classe dirigente italiana se propunha a alcançar, com o nascimento do Estado unitário, era manter subordinadas as grandes massas da população trabalhadora e impedidas de se converterem em força revolucionária (Gramsci; Togliatti, 2019).¹⁰

Essa exclusão das massas, especialmente do campesinato meridional, gerou um Estado que pairava sobre a sociedade sem criar raízes nela. A classe dirigente, incapaz de exercer uma hegemonia autêntica, ou seja, uma direção moral ou intelectual aceita pelo povo, recorreu ao domínio pela cooptação e pela força. O mecanismo político desenvolvido para gerir esse Estado sem povo foi o transformismo, prática que consistia em absorver as lideranças dos grupos de oposição na órbita do governo, anulando suas arestas críticas sem resolver os problemas estruturais que elas representavam (Gramsci, 2011). Gramsci (2011, p. 351), em suas reflexões no cárcere, observa que essa prática não foi um desvio moral, mas uma necessidade estrutural dessa forma de unificação, notando que “o fascismo foi chamado de transformismo, mas não se tratava de um fenômeno isolado; era um processo orgânico que substituiu, na formação da classe dirigente, o que na França acontecera na revolução”.

Assim, o liberalismo italiano nasceu com um déficit de legitimação. Ao não realizar uma reforma agrária e ao tratar o Sul como uma colônia interna para o desenvolvimento industrial do Norte, o Estado liberal criou um fosso intransponível entre o país legal e o país real. Quando, no século XX, a sociedade de massas finalmente eclodiu com a guerra e a crise econômica, o edifício do Risorgimento (Gramsci, 2002), cimentado apenas por acordos de cúpula e sem alicerces no consenso popular, revelou-se incapaz de sustentar o peso da nova realidade histórica, abrindo caminho para que o fascismo se apresentasse como a força que, finalmente, completaria a nação pela via autoritária.

¹⁰ Documento on-line não paginado. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2019/12/18/a-situacao-da-italia-e-as-tarefas-do-partido-comunista-italiano-pci-teses-de-lyon/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

A ausência de uma base social sólida para o Estado unitário obrigou a classe dirigente italiana a desenvolver uma tecnologia de poder que garantisse a estabilidade governamental sem a necessidade de recorrer à mobilização das massas. Esse mecanismo, conhecido como transformismo, consistia na absorção molecular dos líderes dos partidos de oposição para dentro da órbita da maioria governamental, anulando as diferenças ideológicas em favor de uma gestão administrativa dos interesses das elites. Antonio Gramsci (2011) dissecou esse fenômeno, não como uma anomalia moral, mas como uma necessidade histórica da formação da classe dirigente italiana, observando que, entre 1860 e 1870, o Partido de Ação foi absorvido pela Monarquia, e que o processo continuou de forma capilar após essa data. Para ele, o transformismo “adquire um alcance imponente no pós-guerra, quando parece que o grupo dirigente tradicional não é capaz de assimilar e digerir as novas forças expressadas pelos acontecimentos” (Gramsci, 2011, p. 351-352).

Essa prática teve um efeito corrosivo sobre as instituições parlamentares. Ao invés de ser o palco onde interesses divergentes e claros se confrontavam publicamente, o parlamento se transformou em um mercado de trocas e favores, onde a distinção entre direita e esquerda se diluía em um centro amorfo e conservador. As massas camponesas e, posteriormente, o proletariado industrial, viam no parlamento não um órgão de representação, mas um instrumento de dominação estranho e corrupto.

Quando a Primeira Guerra Mundial e a crise econômica subsequente lançaram essas massas na vida política ativa, o sistema transformista entrou em colapso. A velha tática de cooptar líderes individuais já não funcionava diante de partidos de massa organizados, como os socialistas e os populares (católicos). A burguesia, acostumada a governar sem oposição real, viu-se subitamente desprovida de instrumentos políticos para conter a ascensão popular dentro da legalidade. É nesse cenário de paralisia institucional que o fascismo encontrou sua oportunidade, declarando o fim da era liberal e da política baseada no voto. O próprio Mussolini (1932, p. 34) diagnosticou esse óbito histórico ao proclamar que “a guerra foi revolucionária, no sentido de que com jorro de sangue mandou embora o século da Democracia, o século do número, o século das maiorias e das quantidades”. Assim, o transformismo, que fora a garantia da estabilidade liberal no século XIX, tornou-se a causa de sua ruína, deixando o Estado indefeso diante de uma força que substituíra o debate parlamentar pela violência da ação direta.

O colapso do sistema transformista não representou apenas uma paralisia administrativa, mas sinalizou uma ruptura profunda na relação entre governantes e governados, configurando o que Antonio Gramsci (2011) definiu como uma “crise de hegemonia”. A classe dirigente, ao perder a capacidade de dirigir moral e intelectualmente a sociedade, viu seu poder reduzido à

pura dominação coercitiva. As massas, anteriormente passivas ou desorganizadas, romperam com a ideologia dominante e passaram a desafiar a legitimidade da ordem estabelecida. Nesse cenário, o Estado liberal, despidido de seu revestimento consensual, precisou se reorganizar não mais como um espaço de debate público, mas como uma trincheira de defesa dos interesses proprietários. A burguesia, sentindo a iminência de um colapso, abandonou a fragmentação partidária tradicional em busca de uma coesão férrea capaz de enfrentar o antagonismo social.

Essa transição da direção consentida para a dominação exigiu uma reestruturação da própria natureza do poder político. A antiga tática liberal de absorver adversários e gerir conflitos por meio de acordos parciais mostrou-se ineficaz diante da polarização do pós-guerra. Foi necessário, portanto, substituir a flexibilidade parlamentar por uma centralização rígida de comando. Gramsci (2019, p. 254) capta com precisão esse movimento tático das elites, observando que o “método fascista de defesa da ordem, da propriedade e do Estado, ainda mais do que o sistema tradicional dos compromissos e da política de esquerda, é desagregador das classes sociais e das suas superestruturas políticas”. Então, entende-se que o fascismo não surgiu como uma negação absoluta do Estado burguês, mas como o recurso extremo para blindá-lo, transformando as instituições públicas em uma barreira intransponível contra a ascensão das classes subalternas.

Enquanto o Estado liberal se metamorfoseava em uma ditadura aberta para conter a crise de hegemonia, a intelectualidade tradicional, liderada pelo filósofo Benedetto Croce, buscava refúgio em uma interpretação da história que eximisse a classe dirigente de responsabilidade pela catástrofe. Para Croce (1925 *apud* Paxton, 2007), o fascismo não era o filho legítimo da sociedade burguesa em decomposição, mas uma enfermidade moral causada pelo trauma da Primeira Guerra Mundial, um desvio temporário no caminho do progresso da liberdade. Essa leitura reduzia o regime a um acidente, um intervalo irracional que, uma vez superado, permitiria o retorno à normalidade do Estado liberal. Robert Paxton (2007), historiador estadunidense, destaca esse desprezo aristocrático ao notar que, inicialmente, Croce rotulou o governo de Mussolini como uma “onagrocracia (governo de asnos zurrantes), para mais tarde concluir que o fascismo ‘fora apenas um parêntese na história italiana, o resultado temporário de um declínio moral agravado pelos deslocamentos da Primeira Grande Guerra’” (Croce, 1925 *apud* Paxton, 2007, p. 21).

Gramsci (2011), escrevendo dos cárceres do regime que Croce considerava apenas como um parêntese, desenvolveu uma crítica devastadora a essa postura. Para o revolucionário sardo, Croce não era apenas um filósofo isolado, mas uma espécie de “papa laico”, um instrumento super eficaz de hegemonia que trabalhava para manter a unidade ideológica da

burguesia e absorver as novas forças reacionárias dentro do sistema tradicional. Gramsci (2011) percebeu que o historicismo de Croce, ao focar apenas na história ético-política e ignorar as lutas de classes violentas, servia politicamente para preparar o terreno para uma futura recomposição conservadora, onde o fascismo seria digerido e superado sem que a estrutura social fosse alterada. Em sua análise sobre a função política do intelectual liberal, Gramsci (2011, p. 352) observa que a classe dirigente tradicional tenta absorver as forças antagônicas e que “a atividade de Croce é uma destas vias e destes métodos; o seu ensino talvez produza a maior quantidade de sucos gástricos aptos à obra de digestão”.

Portanto, o embate entre Croce e Gramsci não foi meramente acadêmico, mas o reflexo de duas compreensões opostas sobre a natureza do Estado. Enquanto o liberalismo crociano tentava, por meio de uma religião da liberdade, mascarar a dominação de classe e tratar o fascismo como uma nuvem passageira, o marxismo gramsciano expunha a continuidade orgânica entre o Estado liberal em crise e a solução autoritária fascista. A serenidade de Croce, que muitos admiravam, era vista por Gramsci (2011) como a hipocrisia de uma elite que, tendo aberto as portas para Mussolini como um “mal necessário” contra o comunismo, agora lavava as mãos da barbárie que ajudara a engendrar, aguardando pacientemente que o sistema digerisse a ditadura para restaurar o domínio dos “melhores”.

É necessário sintetizar como o fascismo logrou apresentar-se como a única saída viável para o impasse histórico. A “crise orgânica”, caracterizada pela incapacidade das velhas classes dirigentes de manterem o consenso e pela paralisia do sistema parlamentar diante da sociedade de massas, criou um vácuo de poder que a democracia liberal não conseguia preencher. O fascismo, nesse contexto, não se ofereceu apenas como uma força de repressão policial, mas como uma nova concepção de vida e de política que superaria a fragmentação individualista do século XIX. Ele prometeu resolver a dicotomia entre cidadão e Estado, fundindo-os numa unidade totalitária, na qual a autoridade não seria mais vista como um limite à liberdade, mas como sua substância.

A concepção fascista de vida e de Estado leva à rejeição categórica de outras grandes ideologias do século XX:

- a) rejeição ao pacifismo: o fascismo repudia frontalmente a ideia de paz perpétua, considerando o pacifismo uma mera desculpa para a covardia e a renúncia diante dos sacrifícios. Essa rejeição à paz molda não apenas a política do regime, mas também a conduta individual do fascista, que deve adotar um estilo de vida combativo e disposto ao perigo, muito bem sintetizado no lema esquadrista “eu não dou a mínima” (*me ne frego*). Toda essa glorificação do conflito se baseia na premissa fundamental de que

“apenas a guerra canaliza todas as energias humanas para a sua máxima tensão e perpetua o selo da nobreza naqueles povos que têm a coragem de enfrenta-la” (Mussolini, 1932, p. 12);

- b) rejeição ao marxismo: a doutrina fascista estabelece-se como uma negação frontal das bases teóricas do marxismo e do socialismo, repudiando o materialismo histórico e a tese de que a luta de classes e os fatores econômicos sejam os motores das transformações sociais. Ao contrário desse determinismo, o fascismo exalta valores espirituais, como a santidade e o heroísmo, que prescindem de qualquer motivação material. Embora repudie o socialismo, por sua visão fragmentadora que desconhece a nação como um todo, o regime fascista não ignora as tensões do mundo do trabalho. No entanto, ele absorve e subordina as demandas trabalhistas à sua própria arquitetura política, reconhecendo a necessidade de organização sindical apenas dentro de um sistema corporativo no qual “os interesses divergentes são coordenados e harmonizados com a unidade do Estado” (Mussolini, 1932, p. 7);
- c) rejeição à democracia parlamentar: o fascismo opõe-se frontalmente ao bloco das ideologias democráticas, repudiando tanto as suas premissas teóricas quanto as suas aplicações práticas. A doutrina nega o princípio basilar da representação pelo sufrágio universal, rejeitando a ideia de que a sociedade possa ser governada pela mera força dos números ou das maiorias, o que desconsideraria a desigualdade natural e benéfica entre os homens. Na perspectiva fascista, o sistema parlamentar não passa de uma grande fraude, visto que os:

[...] regimes democráticos podem ser descritos como aqueles que, de tempo em tempo, o povo é iludido a crer que eles exercem a soberania, enquanto que o tempo todo a verdadeira soberania reside e é exercida por outros e, algumas vezes, por forças secretas e irresponsáveis (Mussolini, 1932, p. 15).

Essa operação ideológica permitiu ao fascismo vender a imagem de um Estado ético e forte, capaz de impor a ordem produtiva e social que a burguesia demandava, mas que a revolução passiva e o transformismo já não garantiam. Ao substituir a discussão perpétua do parlamento pela decisão rápida do executivo, o regime apresentou a ditadura não como tirania, mas como a forma moderna de eficiência administrativa necessária para enfrentar os desafios do século XX. A síntese dessa transição, que marca o fim da era liberal na Itália e o início da blindagem autoritária do capitalismo, foi definida lapidarmente pelo próprio Mussolini ao estabelecer a antítese fundamental de seu tempo: “Se liberalismo significa individualismo,

Fascismo significa governo” (Mussolini, 1932, p. 21). Assim, o fascismo consolidou-se como a resposta reacionária eficaz para o vazio de direção deixado pelo esgotamento histórico do liberalismo.

2.3 Fascismo como solução política da crise do capitalismo

A transição da trincheira defensiva do Estado liberal para a ofensiva fascista foi precipitada pelo que Antonio Gramsci (2019) diagnosticou como uma “crise orgânica”. Este conceito não descreve uma mera flutuação eleitoral, mas uma ruptura tectônica na articulação entre a estrutura, definida como a base econômica real da sociedade constituída pela totalidade das relações de produção, e a superestrutura, que compreende o complexo jurídico, político e as formas de consciência social que sobre essa base se elevam.

Se por um lado é estabelecido que a estrutura condiciona o processo de vida social e política, muitas vezes sendo interpretada como um determinante mecânico das ideais, Gramsci (2011) refina essa relação ao recusar a visão da superestrutura como um simples reflexo passivo da economia. Para ele, a superestrutura ganha densidade através do conceito de “Estado integral” (Gramsci, 2011, p. 264), que é o equilíbrio entre a sociedade política (o aparato coercitivo de força) e a sociedade civil (o conjunto de organismos privados como a Igreja, as escolas e os sindicatos), onde se exerce a hegemonia ou a direção intelectual e moral da sociedade.

Dessa forma, a crise orgânica manifesta-se como uma crise de autoridade: o momento em que o nexo entre o desenvolvimento das forças produtivas e a direção política se rompe, e a classe dirigente perde o consenso das massas, deixando de ser dirigente para ser apenas dominante por meio da força bruta. Na Itália do pós-guerra, essa paralisia criou um vácuo de poder onde a negociação política se tornou estéril. Gramsci e Togliatti (1926), nas Teses de Lyon, descrevem esse cenário de fragmentação catastrófica, onde “cada grupo exige proteção econômica e autonomia política e, na ausência de um núcleo homogêneo de classe [...] o governo se torna impossível e a crise do poder permanece continuamente aberta” (Gramsci; Togliatti, 2019)¹¹.

Essa crise continuamente aberta significou o óbito da paz social giolittiana, o período anterior à guerra marcado pela conciliação e pela cooptação reformista (Gramsci; Togliatti, 2019). O giolitismo caracterizou-se como um esforço da burguesia para adotar métodos de

¹¹ Documento on-line não paginado. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2019/12/18/a-situacao-da-italia-e-as-tarefas-do-partido-comunista-italiano-pci-teses-de-lyon/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

corrupção política direcionados à aristocracia operária, visando torna-la cúmplice do sistema e neutralizar o impulso revolucionário das massas. Sob a liderança de Giovanni Giolitti, o regime liberal buscou integrar a esquerda moderada por meio de concessões limitadas, como o sufrágio universal masculino em 1912, sem, contudo, realizar reformas estruturais profundas na economia ou na educação. Esse equilíbrio oportunista revelava a incapacidade da elite dirigente de promover uma integração orgânica das massas, servindo apenas como um apaziguamento temporário da insurreição operária (Gramsci, 2011). O capitalismo monopolista, pressionado pela necessidade de reestruturação violenta da produção e pela queda das taxas de lucro, não podia mais tolerar os custos da democracia liberal ou a autonomia das organizações operárias. A burguesia, diante da ameaça iminente à estabilidade de sua dominação com as ocupações de fábricas e a agitação no campo, concluiu que os mecanismos de mediação parlamentar eram um luxo perigoso. Era necessário um poder que não apenas reprimisse, mas que destruísse a capacidade de resistência da classe trabalhadora, impondo uma disciplina férrea que o velho Estado de Direito não conseguia garantir.

August Thalheimer (2010), ao observar a dinâmica fascista na Alemanha, com paralelos diretos ao caso italiano, mostra que a função histórica desse movimento é varrer as fantasias de que o conflito capital-trabalho poderia ser resolvido amigavelmente. Para ele, a ascensão do fascismo representava o fim de uma era de compromissos, pois o regime “liquidará as ilusões democráticas pacíficas, tanto as da ‘democracia política’ como as da ‘econômica’”. Mas ele não poderá resolver nenhum dos problemas que se propôs” (Thalheimer, 2010, p. 18-19). Então, o colapso da paz social não foi um acidente, mas o pré-requisito necessário para que o fascismo se apresentasse como o agente de intervenção violenta encarregado de salvar o corpo doente do capitalismo, amputando suas liberdades civis para preservar sua estrutura de propriedade.

Com a destruição das barreiras políticas e sindicais que protegiam o valor da força de trabalho, o fascismo procedeu a uma reestruturação violenta da economia, visando restaurar a rentabilidade do capital em um cenário de crise profunda. Embora a retórica do movimento fosse saturada de slogans anticapitalistas e promessas de justiça social para a comunidade do povo, a prática governamental revelou-se um instrumento eficaz para salvar a propriedade privada de suas próprias contradições. O regime atuou cirurgicamente para reduzir os custos de produção, transferindo o ônus da depressão econômica quase integralmente para os ombros da classe trabalhadora e da pequena burguesia, enquanto o Estado garantia a demanda por meio do rearmamento e de obras públicas.

Paxton (2007) descreve esse abismo entre o discurso revolucionário e a prática conservadora ao notar que os fascistas:

[...] ao tomar o poder, proibiram as greves, dissolveram os sindicatos independentes, reduziram o poder de compra dos salários dos trabalhadores e despejaram dinheiro nas indústrias armamentistas, para a imensa satisfação dos patrões. Diante desses conflitos entre palavras e atos, no que se referia ao capitalismo, os estudiosos chegaram a conclusões opostas. [...] Outros, e não apenas os marxistas, adotam a posição de que os fascistas vieram em socorro do capitalismo em apuros, dando sustentação, por meio de medidas emergenciais, ao sistema vigente de distribuição da propriedade e de hierarquia social (Paxton, 2007, p. 26).

Essa intervenção estatal não representou uma terceira via ou uma superação do capitalismo, mas sim a sua blindagem autoritária. O Estado fascista assumiu os riscos que a iniciativa privada já não podia suportar, disciplinou a concorrência interna e, sobretudo, eliminou a capacidade de barganha do trabalho. O resultado desse saneamento foi uma redistribuição de renda às avessas, concentrando a riqueza no topo da pirâmide social em uma velocidade que as democracias liberais, sujeitas à pressão eleitoral e sindical, jamais conseguiriam replicar.

A eficácia desse método brutal para a recuperação das taxas de lucro fica evidente quando comparamos o desempenho das elites econômicas sob o fascismo com aquelas sob regimes democráticos durante o mesmo período de crise. Sweezy (1976, p. 368) destaca essa disparidade ao apontar que, “enquanto nos EUA os 5% de unidades consumidoras do topo viram entre 1929 e 1941 sua fatia de renda total (nacional) cair 20% [...] na Alemanha os 5% do topo ganharam 155 durante o mesmo período”. Assim, o fascismo cumpriu sua função histórica: desarticulou as formas organizadas de resistência, permitindo que o capital monopolista recuperasse seu fôlego e preparasse a economia para a expansão bélica.

A consolidação da estrutura política do fascismo, enquanto resposta à crise, deu-se por meio da instauração do Estado Corporativo. Rejeitando tanto o *laissez-faire* liberal, que permitia o livre jogo das forças de mercado (e, conseqüentemente, a greve), quanto o marxismo, que pregava a luta de classes, o fascismo propôs uma “terceira via”: a colaboração de classes sob a tutela totalitária do Estado (Silva, 2000). O corporativismo operou a estatização dos sindicatos e a dissolução das organizações operárias independentes, substituindo a luta política pela gestão administrativa e policial da produção. A nação passava a ser entendida como um organismo biológico no qual cada classe tinha uma função vital, e o conflito entre elas era visto não como o motor da história, mas como uma patologia a ser extirpada pela autoridade estatal (Silva, 2000).

Essa engenharia social visava atomizar a solidariedade de classe do proletariado. Ao invés de se organizarem pela identidade de seus interesses comuns contra o capital, os

trabalhadores eram enquadrados institucionalmente juntos aos seus patrões por ramos de atividade, sob a vigilância do partido e do governo. Silva (2000) sintetiza essa operação cirúrgica ao explicar que, na lógica fascista, a produção torna-se o valor supremo, e para garanti-la:

[...] na corporação estariam solidariamente organizados os interesses de empresários e trabalhadores, num corte vertical que reuniria ambos os polos da produção, bem ao contrário dos sindicatos, onde o corte horizontal imporia a luta de classes. Assim, a produção constituía o elemento valorizado, exaltado, e não o antagonismo (como queriam o marxismo e o liberalismo) (Silva, 2000, p. 145).

Dessa forma, a integração forçada do trabalho ao capital não eliminou a exploração, mas a blindou juridicamente, transformando a disciplina fabril em dever patriótico e a greve em crime contra a segurança do Estado.

Dando continuidade à análise da estrutura econômica do fascismo, chegamos ao mecanismo dinâmico que permitiu ao regime não apenas conter o conflito social (via corporativismo), mas reativar a máquina estagnada da acumulação capitalista. O abandono do *laissez-faire* não foi apenas uma retórica ideológica, mas uma necessidade de sobrevivência do sistema, no qual o Estado assume o papel de comprador de última instância por meio da indústria bélica.

Com o colapso dos mercados e a falência da autorregulação liberal, o fascismo operou uma transição definitiva para uma economia dirigida, onde o Estado passa a se tornar o organizador central da vida econômica e espiritual da nação. Mussolini foi taxativo ao rejeitar o agnosticismo econômico do século XIX, declarando que o Estado fascista “não é um mero aparato mecânico para definir a esfera em que o indivíduo possa exercer devidamente seus supostos direitos” (Mussolini, 1932, p. 9), mas uma entidade ética que controla e harmoniza as forças nacionais. Essa intervenção estatal, contudo, não visava a socialização da propriedade, mas a socialização dos prejuízos e a garantia dos lucros monopolistas através de encomendas públicas, subsídios e salvamentos bancários, transformando a economia em um capitalismo corporativista.

Para resolver o problema crônico do desemprego e da subutilização da capacidade industrial sem elevar os salários, o que prejudicaria a taxa de lucro, o fascismo encontrou no militarismo a sua solução econômica ideal. A produção de armamentos oferece um campo ilimitado para o investimento de capital e a realização de mais-valia, funcionando como um mecanismo de compensação econômica para a crise de superprodução. Paul Sweezy (1976, p. 375) observa que, sob o fascismo, a ociosidade forçada dá lugar à violência, pois o regime

“desde o início dedicou todos os seus recursos à preparação e luta de uma guerra de redivisão imperialista”. O rearmamento funcionou como uma política keynesiana¹² militarizada: na Alemanha, por exemplo, o pleno emprego foi alcançado em 1936 mediante investimentos estatais massivos em obras públicas e na fabricação de armas, criando uma prosperidade artificial baseada na dívida e na preparação para o conflito.

Essa dinâmica torna a guerra não uma escolha política acidental, mas uma necessidade orgânica do modelo econômico fascista. Rosa Luxemburgo (1970, p. 396), como abordado anteriormente, já alertava que o militarismo é um “campo de acumulação” privilegiado para o capital. Togliatti e Gramsci (2019)¹³ complementam essa análise ao notar que o imperialismo fascista é a expressão da necessidade das classes dirigentes de “procurar, fora do espaço nacional, os elementos para a resolução da crise da sociedade”. Assim, o Estado interventor fascista canaliza as tensões internas para a agressão externa, transformando a destruição em motor da economia.

O fascismo consolida-se historicamente como a superestrutura política adequada à base econômica do imperialismo (Sweezy, 1976). Se na fase da livre concorrência a burguesia podia tolerar as liberdades liberais, na era dos monopólios, a necessidade de controle absoluto dos mercados e da força de trabalho exige um Estado forte e despótico. Essa demanda por domínio materializa-se na fusão entre o aparato do Estado fascista e os interesses dos grandes cartéis. Embora o fascismo utilize uma retórica demagógica para mobilizar a pequena burguesia, uma vez no poder, opera-se uma “interpenetração” entre a alta liderança do partido e os círculos dominantes do capital monopolista, criando uma nova oligarquia que dispõe de modo coordenado do poderio econômico e político. Gramsci (2019, p. 254) observa que, sob essa fachada totalitária, o fascismo age estritamente como “instrumento de uma oligarquia industrial e agrária para centralizar, na mão do capitalismo, o controle de todas as riquezas do país”. Portanto, longe de ser uma revolução contra a ordem burguesa, o fascismo é a sua blindagem final: a ditadura terrorista dos monopólios que sacrifica a liberdade política para salvar a propriedade privada e garantir a expansão imperialista.

¹² Eric Hobsbawm (1995, p. 80) explica literalmente a política keynesiana como uma diretriz em que o “‘pleno emprego’, ou seja, a eliminação do desemprego em massa, tornou-se a pedra fundamental da política econômica”. Ele detalha o mecanismo dessa política, afirmando que “altos salários, pleno emprego e o Estado de bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas” (Hobsbawm, 1995, p. 316).

¹³ Documento on-line não paginado. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2019/12/18/a-situacao-da-italia-e-as-tarefas-do-partido-comunista-italiano-pci-teses-de-lyon/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

3 FASCISMO, ESTADO E LUTA DE CASSES: A INTERPRETAÇÃO MARXISTA DO CASO ITALIANO

3.1 Fascismo e luta de classes: fundamentos da interpretação marxista

Para a interpretação marxista, o fascismo não pode ser compreendido apenas como um acesso de irracionalidade ou uma simples ditadura sem adjetivos. Ele surge em um contexto específico de crise de hegemonia, momento em que a classe dominante tradicional perde a capacidade de dirigir a sociedade por meio do consenso e das instituições parlamentares liberais, mas a classe trabalhadora ainda não reuniu força suficiente para tomar o poder. Nesse impasse histórico, onde forças antagônicas se bloqueiam mutuamente, abre-se espaço para um regime de exceção, no qual o Estado parece descolar-se da sociedade.

Engels (2019, p. 213), analisando a gênese do Estado, já observava que, embora o Estado fosse geralmente o instrumento da classe economicamente dominante, ocorrem períodos excepcionais em que “as classes em luta mantêm um equilíbrio tão justo que o poder do Estado, na condição de aparente mediador, momentaneamente adquire certa autonomia em relação às duas classes” (Engels, 2019, p. 213). Essa premissa teórica fundamenta-se no conceito de bonapartismo, caracterizado por Karl Marx (2011) como um regime que surge de um impasse momentâneo entre classes de forças equilibradas, a burguesia e o proletariado, permitindo que o poder Executivo se eleve acima da sociedade. Thalheimer (2010), recuperando a análise de Marx sobre o bonapartismo, aplica essa lógica ao fascismo. Para ele, o fascismo representa a “autonomização do poder executivo” (Thalheimer, 2010, p. 23), um cenário onde a burguesia, para salvar sua existência social e a sua propriedade, se vê forçada a abrir mão de seu poder político direto.

Essa “autonomia” manifesta-se na submissão política de todas as classes, inclusive a burguesia, a um aparato estatal hipertrofiado e a um líder carismático. O Estado fascista apresenta-se, então, como uma terceira força que, aparentemente situada acima das classes em conflito, abafa o choque aberto entre elas. O próprio Mussolini (1932, p. 20) teorizou essa supremacia absoluta, declarando que “para o Fascismo, o Estado é absoluto, indivíduos e grupos, relativos”, rejeitando a ideia liberal de que o Estado deveria limitar-se a garantir a convivência.

No entanto, a perspectiva do materialismo histórico alerta que essa autonomia é relativa e, em última instância, ilusória no que tange à economia. Embora politicamente a burguesia seja humilhada e tenha seus partidos dissolvidos, socialmente, o fascismo atua para preservar e

fortalecer o capitalismo monopolista. Como nota Paul Sweezy (1976, p. 367), a “revolução” fascista não altera a natureza de classe do sistema, ocorre, na verdade, uma “interpenetração da alta liderança fascista e dos círculos dominantes do capital monopolizador”, criando uma oligarquia onde o Estado intervém na economia não para socializar a riqueza, mas para socializar os prejuízos e garantir a acumulação. Portanto, o fascismo constitui uma forma de ditadura aberta do capital. Ele resolve a crise de hegemonia por meio da força bruta, destruindo as organizações autônomas da classe trabalhadora (sindicatos e partidos) e atomizando a sociedade, para que o capital possa recuperar sua rentabilidade sem a interferência da democracia política. Silva (2000, p. 138) sintetiza essa operação apontando que, no fascismo, a ausência técnica de um Estado mediador liberal permite uma “autonomia delirante da política”, na qual o Estado se torna o único intérprete das essências da nação, subjugando a sociedade civil aos seus objetivos de potência.

A partir do conceito de bonapartismo, formulado originalmente por Karl Marx (2011), busca-se a chave para decifrar o enigma político sobre a percepção da autonomia do Estado. Se o fascismo surge num momento de equilíbrio catastrófico, no qual as forças em luta se neutralizam, ele representa a “autonomização do Poder Executivo” levada ao extremo. Nesse cenário, a burguesia realiza um cálculo de sobrevivência: diante da impossibilidade de manter seu domínio por meio das instituições parlamentares liberais e da fragmentação partidária, ela opta por entregar o comando político a um salvador ou a um bando armado, abdicando de governar diretamente para continuar dominando socialmente.

Essa transferência de poder implica um sacrifício calculado, onde a burguesia aceita perder o controle imediato do aparelho governamental e submeter-se politicamente para garantir a preservação de sua supremacia econômica. Marx, citado por Thalheimer (2010, p. 23) ao traçar esse paralelo entre o bonapartismo clássico e o fenômeno moderno, descreve com perfeição essa troca ao notar que a burguesia compreende que, “a fim de salvar a sua bolsa, deve abrir mão da coroa, e a espada que deve protegê-la, seja colocada fatalmente sobre a sua própria cabeça, como a espada de Dâmocles”.

Portanto, a autonomia do Estado fascista, embora pareça absoluta na superfície ditatorial, permanece estruturalmente relativa. O regime possui liberdade para intervir na economia, disciplinar capitalistas individuais e impor restrições burocráticas severas, muitas vezes desagradando setores da própria elite, mas sua função histórica objetiva continua sendo a de uma forma de ditadura aberta ao capital. O fascismo atua, assim, como um gestor de crise que, ao destruir as organizações operárias e atomizar a sociedade, assegura a continuidade da

exploração capitalista sob uma nova carapaça política, blindando a propriedade privada num momento em que os métodos liberais tradicionais já não conseguiam protegê-la do colapso.

Essa delegação do poder a um bando armado, característica da análise bonapartista, ganha contornos práticos e de extrema barbárie quando observamos o seu laboratório histórico original: a Itália do pós-Primeira Guerra Mundial. O surgimento do fascismo não se deu no vácuo, mas foi a resposta armada da classe dominante ao *Biennio Rosso* (1919–1920), um período marcado por intensas agitações, ocupações de fábricas e greves que colocaram as relações de propriedade burguesa em xeque (Gramsci; Togliatti, 2019). Aterrorizada pela possibilidade de uma revolução nos moldes bolcheviques de outubro de 1917, a burguesia, abrangendo tanto os grandes industriais quanto os latifundiários, precisava de uma força de choque extralegal capaz de esmagar a organização operária, já que o Estado liberal, debilitado, demonstrava-se impotente para conter as massas.

Foi nesse cenário de polarização que o fascismo operou o que pensadores radicais, a exemplo do anarquista Luigi Fabbri em diálogo próximo com a crítica marxista, definiram estruturalmente como uma “contrarrevolução preventiva”. A acuidade dessa interpretação reside na constatação de que as milícias de Mussolini não derrotaram uma revolução em franca ofensiva, mas atacaram covardemente no momento exato em que o movimento operário recuou. Esse refluxo tático foi precipitado pela profunda divisão interna e pela indecisão do Partido Socialista Italiano (PSI), que, preso a ilusões legalistas, desmobilizou a classe trabalhadora no instante em que o poder estava em disputa. Como explica Antonio Gramsci (2011):

A vaga de greves e ocupações de fábricas e de terras do Biênio Vermelho não resultou na revolução porque os socialistas estavam divididos: a direção do PSI não estava convencida da legitimação democrática da tomada direta do poder, se bem que os escrúpulos legalistas eram maiores no PSI do que no bloco liberal e em geral na burguesia industrial. Assim foi como a desunião e a falta de decisão por parte da direção do PSI fizesse possível a neutralização da ameaça revolucionária, apesar de que a CGL contasse em 1920 com 2.000.000 afiliados (Gramsci, 2011, p. 21).

Essa paralisia da esquerda permitiu que a burguesia, assustada com a ameaça proletária, explorasse a fragilidade do movimento para lançar sua contraofensiva através dos esquadrões de ação. Os camisas negras iniciaram, então, uma campanha de terror sistemático, incendiando cooperativas e destruindo redes sindicais com o intuito claro de aniquilar a capacidade de resistência dos trabalhadores antes que eles pudessem retomar a iniciativa revolucionária.

Luce Fabbri (2019) demonstra essa jornada de terror do movimento *squadristi* ao apresentar uma de suas canções:

Às armas!
 Às armas! Somos fascistas.
 Pau nos socialistas,
 E, para assentar,
 Pau nos populares,
 E, para acrescentar,
 Pau no parlamento.
 Pau,
 Pau, sempre Pau,
 Pau, Pau, Pau,
 Pau em quantidade!
 (Fabbri, 2019, p. 13).

O fascismo revela-se, portanto, como o recurso extremo de sobrevivência do capital diante do espectro da insurreição. Ele atua preventivamente, destruindo não apenas a revolução imediata, mas varrendo as próprias bases de organização (sindicatos, ligas e partidos) que o proletariado havia conquistado. O marxista peruano José Carlos Mariátegui (2010) sintetiza de forma magistral essa dinâmica histórica ao pontuar que:

[...] o fascismo italiano representa, plenamente, a antirrevolução ou, como prefira chamá-la, a contrarrevolução. A ofensiva fascista se explica e se realiza na Itália como consequência de uma retirada ou de uma derrota revolucionária (Mariátegui, 2010, p. 317).

Cumpra-se, assim, a missão histórica delegada pela burguesia que é esmagar o proletariado e restabelecer a ordem da exploração sob a garantia da violência totalitária. Uma vez cumprida essa missão de aniquilamento físico da vanguarda proletária e de suas organizações independentes, o fascismo deparou-se com a necessidade de institucionalizar a derrota operária, impedindo que a ameaça à ordem burguesa pudesse ressurgir. Durante o *Biennio Rosso*, o grande pânico do capital não adveio apenas da paralisação da produção, mas da emergência de uma estrutura revolucionária autônoma: as Comissões Internas e os Conselhos de Fábrica. O controle das fábricas pelos trabalhadores representava uma inaceitável dualidade de poderes, que ameaçava diretamente o poder da burguesia no próprio local da produção. O corporativismo surge não como uma teoria econômica neutra, mas como a engenharia jurídico-política concebida para neutralizar definitivamente esse duplo poder emergente (Gramsci; Togliatti, 2019).

Para erradicar a solidariedade horizontal de classe, o Estado operou a absorção coercitiva das relações de trabalho. Rejeitando categoricamente a autonomia operária, a doutrina mussoliniana estabeleceu a premissa de que “nenhum indivíduo ou grupos (partidos políticos, associações culturais, sindicatos, classes sociais) deve existir fora do Estado” (Mussolini, 1932, p. 7). Sob a tutela dessa concepção totalitária, a greve foi criminalizada e as

antigas associações independentes foram substituídas pela estrutura corporativa. Essa reorganização visava dissolver o antagonismo inerente ao capitalismo: na lógica fascista:

[...] na corporação estariam solidariamente organizados os interesses de empresários e trabalhadores, num corte vertical que reuniria ambos os polos da produção, bem ao contrário dos sindicatos, onde o corte horizontal imporia a luta de classes (Silva, 2000, p. 145).

Essa subordinação do trabalhador não significou o fim da exploração, mas a sua blindagem pelo aparato do Estado. O próprio Mussolini (1932) declarava que, ao trazer o movimento operário para a órbita do Estado, o fascismo coordenava e harmonizava os interesses divergentes com a unidade do Estado. Essa pretensa “harmonia” corporativa nada mais era do que o aniquilamento do proletariado enquanto sujeito histórico independente. Ao amarrar verticalmente patrões e empregados em corporações vigiadas por uma ditadura política, o fascismo neutralizou a capacidade de pressão dos trabalhadores e garantiu à classe capitalista a paz social necessária para intensificar a extração da mais-valia e gerir a crise, convertendo as reivindicações de classe em uma questão disciplinar administrada pela polícia e pela burocracia estatal.

Para impor essa reestruturação corporativa e aniquilar fisicamente a vanguarda proletária, a grande burguesia deparava-se com um obstáculo tático intransponível pelos meios legais: a sua extrema inferioridade numérica. Como uma classe minoritária poderia esmagar as organizações operárias nas ruas e nas fábricas? A solução histórica para essa debilidade demográfica consistiu na mobilização de um movimento de massas brutal, recrutado fundamentalmente na pequena burguesia urbana e rural, além de ex-combatentes e setores desclassificados.

Esmagada entre a concentração voraz do capital monopolista, de um lado, e o avanço do movimento operário organizado, de outro, a pequena burguesia vivenciava o pânico de sua própria proletarização em meio à crise econômica. A profunda desilusão com as vacilações da ordem social-democrática, que, atrelada à ordem burguesa, não ofereceu uma saída radical para a ruínas camadas médias, empurrou esses setores, desprovidos de um projeto histórico autônomo, para os braços do radicalismo de extrema-direita.

O fascismo soube capturar o ressentimento dessa classe por meio de uma retórica demagógica e de um pseudoanticapitalismo. O pequeno-burguês, sendo intimamente apegado à ordem da propriedade privada, resolve sua oposição ao grande capital criando uma distinção ilusória entre o capital “bom” (o produtivo, o industrial nacional) e o capital “mau” (o

especulativo, o usuário). Com base nessa confusão ideológica, o fascismo ofereceu à pequena burguesia a miragem de um Estado forte e mediador, que a protegeria dos monopólios ao mesmo tempo em que enquadraria a classe operária, acabando com as greves e restaurando a ordem patriarcal. No entanto, a análise das determinações de classe desvela o caráter trágico e instrumental dessa adesão, que é a de que a pequena burguesia atuou estritamente como uma massa de manobra. Embora o fascismo mobilize a fúria pequeno-burguesa em suas milícias, ele não é um movimento politicamente independente. Ele só cresce e triunfa porque o grande capital monopolista, aterrorizado pela ameaça de uma revolução proletária e incapaz de governar pela via democrática, decide financiar, armar e proteger essas hordas para usá-las como instrumento de ataque sistemático ao proletariado.

A traição a essa base de massas consoma-se assim que o objetivo contrarrevolucionário é atingido. Uma vez no controle do aparelho de Estado e com a classe operária esmagada, o cinismo do projeto fascista veio à tona. As promessas anticapitalistas e as reivindicações sociais da pequena burguesia são imediatamente descartadas. A pequena burguesia, que atuou como a força de choque descartável para erguer o regime, acaba, tal como o proletariado, politicamente desarmada e submetida aos ditames de uma economia dirigida exclusivamente para salvar a taxa de lucro dos monopólios.

Apesar de a pequena burguesia acabar politicamente desarmada e submetida aos ditames do grande capital, a concepção gramsciana de Estado integral alerta que seria um erro metodológico reduzir o fascismo a uma configuração que governa apenas pela força bruta, visto que também é utilizado o consenso, além da coerção. O fascismo pode ser compreendido como forma de ditadura indireta da burguesia, nas quais o poder não se sustenta unicamente no esmagamento da sociedade, mas na articulação do que Gramsci (2011) definiu como Estado integral. Essa estrutura exige o equilíbrio dialético entre a sociedade política e a sociedade civil, onde se exerce a hegemonia e se fabrica o consentimento necessário para a preservação da ordem. Mesmo as ditaduras militares utilizam de medidas populistas, retórica persuasiva e promessas socioeconômicas para capturar o apoio de determinados setores da população. O exercício do poder no século XX demonstrou que o “poder ilimitado não pode suplantar as habilidades da autoridade” (Hobsbawm, 1995, p. 445), exigindo um senso de legitimidade do regime e a disposição subjetiva dos cidadãos para obedecer.

Togliatti (1950) compreendeu que a ditadura não poderia se sustentar apenas pela força bruta do aparato de Estado ou governando no vazio, ela dependia organicamente do enquadramento das multidões que havia mobilizado. Em suas célebres lições ministradas em Moscou, em 1935, ele combateu as interpretações esquemáticas que viam o regime como um

plano ditatorial imposto puramente de cima para baixo desde a Marcha sobre Roma (Gramsci, 2011). Para o dirigente comunista italiano, era essencial entender a dinâmica dialética do processo:

[...] a ditadura fascista foi empurrada a assumir as formas atuais por fatores objetivos, por fatores reais: pela situação econômica e pelos movimentos das massas que por esta situação são determinados (Gramsci, 2011, p. 37).

Essa síntese revela a engrenagem pela qual o fascismo resolve a contradição entre servir estritamente à oligarquia financeira e depender de uma base social de massas. A solução encontrada foi a estatização do próprio movimento. Como Togliatti (1950) já havia diagnosticado, à medida que o regime amadurece, “o partido fascista tende assim para a perda do caráter de movimento autônomo de certos estratos sociais intermediários que tinham na sua origem” (Gramsci, 2011, p. 37).

Nesse sentido, o “regime de massa” fascista opera uma função de controle totalitário sem precedentes. Após varrer as organizações políticas e sindicais autônomas do proletariado, o Estado não deixa as classes subalternas à deriva, pelo contrário, ele as absorve compulsoriamente para o interior de suas próprias organizações (corporações de ofício, juventude fascista, organização de lazer como o *Dopolavoro*¹⁴). A finalidade dessa arquitetura era sufocar a luta de classes por meio de um enquadramento unificado e coercitivo da nação. No entanto, como Gramsci e o próprio Togliatti haviam antecipado nas Teses de Lyon (2019), este sistema de enquadramento coercitivo continha uma profunda contradição estrutural: ao absolver compulsoriamente a sociedade, “será no seio mesmo do fascismo que tenderam a ressurgir os conflitos que não poderiam manifestar-se por outras vias” (Gramsci, 2011, p. 36).

Portanto, a síntese de Gramsci e Togliatti (2019) prova que o fascismo não é apenas o terror da burguesia monopolista, mas uma ditadura reacionária de massas. Ele inova ao não dispersar a multidão após o triunfo contrarrevolucionário, mas sim aprisionando-a ideológica e institucionalmente nas teias do Estado, garantindo, sob a fachada da unidade e do nacionalismo febril, a estabilização e a sobrevida da exploração capitalista.

3.2 Bases sociais do fascismo italiano

¹⁴ Silva (2000, p. 143) explica que a *Opera Nazionale Dopolavoro* foi criada na Itália, em 1923, consistindo literalmente em “uma organização dedicada ao lazer operário, daí a expressão *dopolavoro*, depois do trabalho”. Sua finalidade era atuar como uma forma de mobilização operária para preencher o vazio deixado pela extinção dos sindicatos e concorrer com a atuação comunista e socialista.

A ascensão do fascismo italiano não pode ser compreendida apenas como resultado de uma conjuntura econômica adversa ou como simples consequência da crise do Estado liberal. Ainda que esses fatores sejam decisivos, eles não explicam por si só a capacidade do fascismo de se constituir como força política real, com presença territorial, poder de mobilização e eficácia na destruição do movimento operário. A interpretação marxista insiste que o fascismo deve ser analisado também a partir de suas bases sociais, isto é, das classes e frações de classe que o sustentaram, das alianças que o tornaram viável e das formas específicas de adesão, ativa ou passiva, que permitiram sua consolidação.

Nesse sentido, o fascismo não emerge como expressão direta e transparente de um único grupo social, mas como forma política que articula interesses distintos sob uma mesma direção autoritária, se dando a partir de contradições. O movimento frequentemente reúne elementos heterogêneos, como setores da pequena burguesia, ex-combatentes, frações do campesinato, grandes proprietários rurais, industriais e segmentos do aparato estatal. O que unifica essa composição não é uma identidade econômica homogênea, mas uma convergência histórica em torno de objetivos políticos: destruir a organização das classes subalternas, estabilizar a ordem social e restaurar a autoridade estatal em meio à crise.

Gramsci (2011) oferece uma chave decisiva para compreender esse fenômeno ao insistir que as classes dominantes não governam apenas por força econômica, mas por meio de alianças e compromissos que estruturam um bloco histórico, que não é um somatório mecânico, mas uma totalidade na qual os fatores materiais e as formas de consciência social se fundem, permitindo que a hegemonia se construa como direção política e moral que articula diferentes interesses sob um projeto comum. Quando essa hegemonia entra em crise, o fascismo funciona como uma tentativa de recomposição do bloco dominante, reorganizando a dominação por meios autoritários. Na concepção gramsciana, a supremacia de um grupo social manifesta-se duplamente: como domínio, através da coerção, e como direção intelectual e moral, através do consenso. No caso italiano, o fascismo foi, simultaneamente, instrumento de domínio, pela violência e repressão, e uma tentativa de reconstrução de direção política por meio da mobilização de massas e do discurso nacionalista. Para compreender essa dinâmica, é necessário analisar os sujeitos sociais que foram incorporados ao fascismo e os mecanismos pelos quais essa incorporação ocorreu.

A pequena burguesia ocupou um lugar estratégico na ascensão do fascismo italiano, quando entende que se trata de um setor social que, no início do século XX, vivia uma condição de instabilidade crescente: comerciantes, funcionários, pequenos proprietários, profissionais liberais, artesãos e camadas intermediárias que se viam pressionadas pela concentração

econômica e pela crise do pós-guerra. Em momentos de expansão do capitalismo monopolista, a pequena burguesia tende a experimentar a crise como ameaça direta à sua existência social, pois sua reprodução material depende de um equilíbrio instável entre mercado, crédito e posição social. Quando esse equilíbrio se rompe, intensifica-se a sensação de perda de perspectivas sobre classes.

A pequena burguesia, então, não se reduz a um simples erro político ou a uma massa irracional; ao contrário, sua posição social contraditória a torna especialmente vulnerável a projetos autoritários. Ela teme a proletarianização e, ao mesmo tempo, não consegue se afirmar como classe dirigente, o que a leva, em momentos de crise, a buscar saídas políticas que prometam a ordem, a estabilidade e a restauração de hierarquias. O fascismo soube explorar esse terreno ao apresentar-se como um movimento de regeneração nacional capaz de esmagar o caos social associado às greves e mobilizações populares. Na perspectiva lukacsiana, esse processo revela como as classes intermediárias, ao perderem a perspectiva de progresso real, acabam servindo de base para uma alternativa política irracionalista e retrógrada, que funciona como uma via de preservação do sistema capitalista em momentos de ruptura (Lukács, 2003).

Esse diagnóstico ajuda a compreender por que a pequena burguesia italiana, impactada pela inflação e pelo desemprego do pós-guerra, tornou-se um dos principais reservatórios de militantes fascistas. O regime ofereceu a esses setores uma identidade política ativa e um instrumento de afirmação social baseado na violência organizada. O “squadrismo”, fenômeno de formação e atuação dos grupos paramilitares fascistas, ao recrutar jovens descontentes, transformou frustrações difusas em prática política reacionária. Nesse contexto, a violência não era mero descontrole, mas um mecanismo de integração que fornecia pertencimento e status. Ao mesmo tempo, a narrativa de “revolução nacional” ocultava a função real do movimento: destruir a autonomia política do proletariado e reconfigurar a dominação burguesa por meio de um movimento de massas contrarrevolucionário.

Quando a pequena burguesia forneceu parte significativa da base militante e do impulso de massas do fascismo, o grande capital (industrial e agrário) desempenhou um papel decisivo em sua viabilização política e material. Não seria possível, para o fascismo, se sustentar apenas por entusiasmo popular ou por propagandas, ele exigia recursos, proteção institucional e aceitação das elites. No caso italiano, a crise do pós-guerra e o medo da revolução produziram uma convergência entre frações dominantes em torno da necessidade de esmagar o movimento operário e restaurar condições estáveis de acumulação.

No campo, os grandes proprietários rurais enfrentavam a expansão de sindicatos agrícolas, cooperativas e movimentos camponeses que reivindicavam melhores condições de

trabalho e acesso à terra. O fascismo tornou-se, para esses setores, instrumento de repressão e disciplinamento, atacando cooperativas, queimando sedes sindicais e impondo terror político, a fim de reestabelecer relações tradicionais de dominação. Essa dimensão agrária é fundamental para compreender a rapidez com que o fascismo se expandiu territorialmente, tendo sido, em muitas regiões, acolhido como “força de ordem” pelos proprietários e autoridades locais. Já na cidade, os industriais também passaram a ver o fascismo como valioso aliado. O período do *Biennio Rosso* havia demonstrado a capacidade de mobilização operária, com greves e ocupações de fábricas que ameaçavam diretamente a autoridade patronal. A burguesia industrial buscava restaurar a disciplina produtiva e reduzir drasticamente o poder sindical, que havia se expandido no pós-guerra. Nesse sentido, o fascismo ofereceu um serviço político decisivo ao destruir fisicamente as organizações operárias e inviabilizar a capacidade de negociação coletiva dos trabalhadores.

Como demonstra a análise histórica de Robert Paxton (2007), o regime fascista consolidou-se ao garantir a preservação da propriedade privada e a autoridade do grande capital, atuando como um escudo político em troca de suporte material e legitimidade institucional. Essa dinâmica não significa que o fascismo tenha sido um mero instrumento passivo das elites econômicas, desprovido de vontade própria, mas indica que sua ascensão e estabilização como regime dependeram de um pacto estratégico. O movimento oferecia a promessa de ordem social e a eliminação da ameaça socialista; em contrapartida, recebia o apoio necessário para converter sua força de choque em aparato de Estado.

A própria doutrina fascista buscou mascarar sua natureza de classe ao apresentar-se como a superação definitiva tanto do capitalismo liberal quanto da luta de classes. Mussolini sustentava que o fascismo rejeitava o socialismo e o individualismo liberal em favor de uma unidade orgânica da nação, defendendo que o motor da história não residia no conflito entre estratos sociais, mas na colaboração harmoniosa entre as classes sob a tutela absoluta do Estado. Para autores como Gramsci e Togliatti (2019) e Sweezy (1976), essa retórica de colaboração funciona como uma ideologia legitimadora para a reorganização autoritária do capitalismo. Ao negar politicamente o antagonismo social, o regime não o elimina, mas busca neutralizá-lo para garantir a continuidade da acumulação em favor do grande capital. Essa aliança com os setores industriais e agrários foi, portanto, um elemento estrutural; sem a proteção política oferecida a essas elites em troca de suporte material, o fascismo não teria reunido as condições necessárias para se converter em um regime estável.

Além da pequena burguesia e do grande capital, a ascensão fascista dependeu do apoio explícito de setores decisivos do aparato estatal. Esse apoio não deve ser entendido como

simples “falha institucional”, mas como expressão do colapso do liberalismo e da escolha política das elites diante da crise. O Estado liberal italiano, enfraquecido e desacreditado, foi incapaz de conter a violência fascista e, em muitos casos, preferiu tolerá-la como instrumento de repressão informal ao movimento operário. A passividade estatal diante do fascismo, nesse sentido, não foi neutralidade, foi parte do processo pelo qual o fascismo se tornou viável. Autoridades locais, policiais e setores do Judiciário frequentemente ignoraram crimes fascistas, relativizaram agressões e trataram a violência como uma espécie de conflito político inevitável. Essa permissão contribuiu para normalizar o fascismo como força legítima de ordem. O Estado liberal, ao não defender suas próprias regras, abriu caminho para sua dissolução. Essa decisão foi facilitada pela crença de que o movimento seria um instrumento temporário de estabilização. No entanto, uma vez incorporado ao Estado, o fascismo reconfigurou a dominação de maneira profunda, substituindo as garantias liberais por uma liberdade de repressão sem precedentes, na qual, segundo Silva (2000, p. 133), “as garantias mínimas do indivíduo [...] são substituídas pelo princípio de *nullun crimen sine poena* (não há crime sem punição)”, centralizando o poder e eliminando qualquer autonomia da sociedade civil.

Esse processo revela a natureza de classe do Estado em momentos de crise. Quando a ordem social capitalista se vê ameaçada, o Estado tende a abandonar a neutralidade formal e a atuar diretamente para preservar as condições de reprodução do capital. Nesse sentido, o apoio estatal ao fascismo não é acidente, mas manifestação histórica de uma escolha: entre ampliar democracia e direitos sociais ou reorganizar a dominação por meios excepcionais. A Itália do pós-guerra escolheu a segunda via.

3.3 Violência fascista e destruição do movimento operário

Para que o Estado fascista pudesse gerir o tempo livre do operariado e anestesiar o conflito de classes por meio de instituições de lazer, foi necessário, antes, promover uma ofensiva física e letal no próprio terreno de produção. A violência esquadrista operou, assim, como um mecanismo implacável de purificação do mercado de trabalho, varrendo as conquistas materiais e organizativas que os trabalhadores haviam acumulado nas décadas anteriores.

Essa violência repressiva não era cega ou descontrolada, mas sim uma tática friamente calculada para destruir a infraestrutura econômica e a capacidade de barganha da classe trabalhadora. As “expedições punitivas” dos bandos fascistas, frequentemente financiadas pelos grandes industriais e latifundiários e protegidas pela cumplicidade das forças policiais, tinham alvos precisos: incendiavam cooperativas operárias, devastaram sedes sindicais e

aniquilavam as ligas camponeses. No Vale do Pó, laboratório fundamental do terror fascista, a ofensiva dos camisas negras destruiu centenas de Bolsas de Mão-de-Obra e Câmaras de Trabalho, que eram organismos e agências de emprego controlados pelos socialistas para gerir a oferta de trabalhadores e assegurar o cumprimento de contratos coletivos (Paxton, 2007). Essas instituições permitiam que os trabalhadores impusessem um número determinado de braços sindicalizados, garantindo assim o controle operário sobre o mercado de trabalho. A destruição sistemática desses centros, que as massas subalternas consideravam seu verdadeiro lar, permitiu ao fascismo quebrar a força de resistência socialista e estabelecer seu próprio monopólio sobre a mão de obra agrícola (Paxton, 2007).

A erradicação dessas organizações laborais cumpria uma função econômica vital para o capital monopolista. Ao suprimir fisicamente os sindicatos e o direito de greve, o fascismo purificava o mercado de trabalho das proteções coletivas, desmoralizando os trabalhadores e forçando-os a se dispensarem, de modo que os empregadores pudessem voltar a lidar com eles no nível individual, e não mais de forma coletiva. Esse processo de eliminação das limitações impostas à gestão da força de trabalho foi um dos maiores atrativos do regime para a burguesia, ajudando a assegurar uma solução extremamente favorável da Depressão para o capital.

Para impor essa purificação, o terrorismo converteu-se na forma extrema de disciplina fabril e rural. Assassínatos brutais de lideranças sindicais foram utilizados pedagógica e cirurgicamente. Um exemplo abissal dessa prática ocorreu no massacre de Turim¹⁵, em

¹⁵ Domenico Saudino (*apud* Fabbri, 2019, p. 16) explica a história do Massacre de Turim: “A primeira vítima foi o vereador comunista Carlos Berrutti. Preso em sua casa, empurraram-no num carro e o levaram para as muralhas, onde o fizeram desaparecer para sempre: ‘Anda!’, os assassinos ordenaram. Seis tiros de revólver, e Berrutti caiu em um lago de sangue. Pouco depois, o mesmo carro parou em frente à casa de Cesare Pochettino e de seu amigo Zurletti, dois homens que não militavam em nenhum partido, mas eram conhecidos por suas simpatias socialistas. Levados para uma zona distante da cidade, foram alinhados na beira de uma vala, e mortos a tiros. Enquanto isso, outros grupos cumpriam friamente os mesmos crimes. Mateo Chiolerio, motorista de bonde, foi pego na mesa e morto pelos fascistas na presença de sua esposa e de um filho pequeno. O ferroviário Anicono foi forçado a sair da cama e ir até a rua e foi morto ali mesmo. Sua esposa e filho foram expulsos de sua casa naquela noite; os móveis, jogados pela janela, depois regados com querosene e queimados. Na parte da tarde, o núcleo principal das forças fascistas se reuniu nos arredores da Casa do Povo, sob custódia da Guarda Real. Como sempre, os « camisas negras » adentraram atirando bombas manuais. Os poucos funcionários que na época estavam nos escritórios foram maltratados sem piedade. Então a destruição começou. Alimentado pelo vento, tambores de gasolina e bombas incendiárias, o fogo rapidamente reduziu a esplêndida construção a um enorme braseiro em torno do qual os fascistas se entrançavam, como em ataque de delírio, numa dança infernal. Pedro Ferrero, um trabalhador, secretário da Seção de Metalúrgicos, chegou ao local. Reconhecido, ele foi cercado, espancado, pisoteado. Gritaram: ‘Enforcemo-lo!’. Outros uivaram: ‘Joguem fogo nele!’. Eles fizeram pior. O moribundo foi amarrado pelos pés a um caminhão, assim arrastado pelo Corso Victor Manuel II, e abandonado ao pé da estátua do rei. Seu corpo estava desfigurado a tal ponto, que nem a irmã nem os amigos puderam reconhecê-lo. A série de assassinatos desse obscuro dezembro foi fechada com estes nomes: Andrew Chiosso, linchado diante da avó, que morreu de medo; Mateo Tarizzo, sacudido por tiros de rifle; Herminio Andreoni, morto diante da esposa; Evasio Becchio, Leon Mazzola, Angelo Juan Massaro e Quintaglié, um ex-carabineiro, morto a pontapés, golpes de bastão de choque e arma, pelo crime de ter lamentado o assassinato de Carlos Berrutti. O líder fascista Brandimarte, em um relatório publicado em *Il Secolo* em 20 de dezembro de 1922, declarou que ele mesmo dera essas ordens e organizara esses crimes, ‘para infligir uma lição terrível sobre

dezembro de 1922, quando líderes como Pedro Ferrero, secretário da Seção de Metalúrgicos, foram espancados e mortos, tendo seus corpos arrastados pelas ruas e deixados irreconhecíveis, para servir como uma lição terrível que paralisasse a vanguarda operária (Fabbri, 2019).

Essa violência não foi um mero subproduto da guerra, mas um pré-requisito funcional do regime. Como aponta Paul Sweezy (1976, p. 25), o fascismo necessitava reconquistar a liberdade de ação do capital, livrando-se das “restrições internas impostas pela classe trabalhadora”, sendo o esmagamento implacável dessas organizações o primeiro ato vital do regime. Com a fábrica e o campo purificados da solidariedade de classe, o trabalhador viu-se atomizado, indefeso e submetido aos ditames de uma economia voltada exclusivamente para a maximização dos lucros e a preparação para a guerra imperialista.

Após cumprir a tarefa de purificação física nas fábricas e nos campos por meio do terrorismo dos esquadrões de ação, o fascismo deparou-se com a necessidade de consolidar seu domínio, convertendo a violência extralegal em política oficial de Estado. O marco dessa transição para a fase totalitária ocorreu após o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti, quando Mussolini, em um discurso proferido em 3 de janeiro de 1925, assumiu a responsabilidade política pelas ações de seus seguidores (Paxton, 2007). A partir desse momento, o regime passou a incorporar formalmente os bandos irregulares de camisas negras às forças públicas, transformando-os na Milícia Voluntária para a Segurança Nacional, força que acabou equiparada ao próprio exército regular (Fabbri, 2019). A violência deixava de ser um mero espasmo de esquadrões financiados pelo capital e tornava-se o próprio esqueleto armado do Estado.

Essa institucionalização do terror materializou-se juridicamente por meio das chamadas “leis fascistíssimas”, desenhadas para asfixiar definitivamente qualquer oposição e destruir a infraestrutura política do movimento operário. O novo arcabouço jurídico suprimiu o sistema representativo parlamentar, dissolveu os sindicatos de classe e todos os partidos políticos (com exceção do Partido Nacional Fascista), restabeleceu a pena de morte e fechou as fronteiras. A imprensa proletária foi totalmente aniquilada e a violência física e as perseguições policiais tornaram-se sistemáticas para incutir o terror e manter a população sob um permanente estado

os revolucionários de Turim’. De uma lista de trezentos revolucionários, disse ele, nós escolhemos 24 e nós os confiamos às nossas melhores equipes para a punição deles. Observando que a lista oficial dos mortos tinha apenas catorze nomes, Brandimarte respondeu que o Pó poderia restituir os corpos dos outros, a menos que fossem encontrados em algum poço ou ravina, ou nas florestas das colinas de Turim; exceto dois que conseguiram escapar. Inútil dizer que nenhum dos responsáveis pela matança foi preso. E isso não é suficiente: a esposa de Quintaglié, que insistiu com as autoridades para a investigação e punição dos assassinos de seu marido, foi ameaçada pelos fascistas e forçada a deixar a cidade, abandonando um emprego que lhe permitia ganhar a vida para si e suas crianças”.

de sítio. Com isso, o regime impunha um sistema de opressão que mantinha a classe trabalhadora sujeita unicamente à mecânica da produção, sem qualquer canal legal para a defesa de seus interesses.

Para coroar essa arquitetura coercitiva, o Estado fascista instituiu aparelhos específicos de controle e punição política: a polícia secreta (OVRA), encarregada da espionagem e perseguição capilar aos dissidentes, e o Tribunal Especial para a Defesa do Estado. Esse tribunal não operava sob os princípios da justiça burguesa tradicional, mas como um comitê de retaliação que, entre 1926 e 1943, investigou milhares de casos e condenou cerca de 10 mil pessoas à prisão, ao confinamento em regiões remotas ou à morte (Paxton, 2007).

O caso mais emblemático da engrenagem deste Tribunal Especial foi o processo movido contra Antonio Gramsci e o grupo dirigente do Partido Comunista Italiano, em 1928. Arrancado de sua imunidade parlamentar, Gramsci foi submetido a um julgamento que expôs de forma brutal a essência do terror institucional fascista. No libelo acusatório, o promotor fascista Michele Isgrò não se preocupou em provar crimes materiais, mas explicitou a missão de classe do regime ao apontar para Gramsci e declarar: “Por vinte anos devemos impedir a este cérebro de funcionar” (Togliatti, 1950)¹⁶. Assim, ao transformar o assassinato, o desterro e o encarceramento degradante em instrumentos normais de governo, a ditadura fascista completou a sua obra de contrarrevolução, blindando legal e militarmente o domínio do capital monopolista.

Para complementar a atuação do Tribunal Especial, o regime fascista aperfeiçoou uma ferramenta administrativa implacável de neutralização política: o *confino* (desterro). Como extensão às sentenças de prisão, o banimento para ilhas rochosas, remotas e inóspitas (como Ustica, Ponza, Pantelleria e Lampedusa) tornou-se uma medida preventiva aplicada de forma arbitrária pelos prefeitos, sem qualquer oportunidade de protesto ou controle legal. O objetivo central dessa tática era arrancar as lideranças operárias, sindicais e intelectuais de seu habitat social, isolando-as fisicamente do contato com as massas trabalhadoras e impedindo que exercessem qualquer influência organizativa.

Nesses locais de desterro, a vanguarda proletária era frequentemente confinada junto a centenas de criminosos comuns e submetida a um regime de extrema restrição, miséria material, subnutrição e rígida vigilância. O Estado fascista apostava na brutalização do cotidiano, no alcoolismo incentivado pela ociosidade forçada e no desgaste psicológico como armas para quebrar a moral e a dignidade dos revolucionários.

¹⁶ Documento on-line não paginado. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/togliatti/ano/mes/gramsci_25.htm. Acesso em: 26 mar. 2026.

Contudo, a desarticulação física não significou a capitulação ideológica imediata por parte dos prisioneiros. Os relatos de Antonio Gramsci durante seu desterro na ilha de Ustica, antes de ser transferido para as penitenciárias do continente, demonstram como os detentos políticos, que englobavam comunistas, maximalistas, republicanos e anarquistas, resistiam à destruição de sua humanidade organizando a própria sobrevivência coletiva. Os maximalistas, que compunham a facção majoritária do PSI, eram caracterizados por um revolucionarismo verbal e por um posicionamento centrista (Gramsci; Togliatti, 2019). Embora estivessem hipnotizados pelo êxito bolchevique na Rússia e detivessem grande influência sobre o proletariado, sua atuação política era marcada pela indecisão e por uma passividade que impedia as massas de se converterem em uma força efetivamente revolucionária, limitando-se muitas vezes a escrúpulos legalistas e à espera de diretivas partidárias que nunca se concretizavam em ação (Togliatti, 1950). Para evitar o embrutecimento, esses militantes instituíram cantinas comuns e chegaram a fundar escolas internas, divididas em seções científicas e histórico-literárias (dirigidas por figuras como Amadeo Bordiga e o próprio Gramsci), na tentativa de manter a formação cultural e a coesão de classe mesmo no isolamento insular (Gramsci, 2011).

Para aqueles militantes e dirigentes que conseguiam escapar das garras da política secreta e do *confino*, a única alternativa viável era o exílio. Essa diáspora antifascista dispersou os quadros sobreviventes do movimento operário por diversos países da Europa e do mundo. Com suas lideranças assassinadas, encarceradas, desterradas em ilhas prisionais ou forçadas a fugir pela fronteira, o partido de classe do proletariado foi reduzido à mais estrita ilegalidade e clandestinidade. A ditadura totalitária alcançava, assim, o ápice de sua obra repressiva: a classe trabalhadora via-se privada de suas lideranças políticas, teóricas e práticas, politicamente atomizada e temporariamente incapaz de oferecer qualquer oposição coordenada à hegemonia do Estado fascista (Gramsci; Togliatti, 2019).

Desarticulada a vanguarda revolucionária por meio do encarceramento e do desterro, o regime fascista pôde concentrar seu aparato coercitivo e disciplinar no núcleo fundamental do sistema capitalista: a fábrica. Durante o período de ascensão das lutas operárias, especialmente no *Biennio Rosso*, as fábricas haviam sido o epicentro da resistência proletária, no qual a emergência das Comissões Internas e dos Conselhos de Fábrica ameaçou frontalmente a sociedade burguesa “em sua base, no próprio local da produção” (Togliatti, 1926, p. 21). Para o fascismo, aniquilar definitivamente essa trincheira de autonomia operária era uma premissa vital para o sucesso de sua obra contrarrevolucionária.

Com a destruição física dos sindicatos de classe, o regime não apenas desarmou os trabalhadores, mas conferiu ao patronato um poder de controle sem precedentes. O fascismo

“eliminou os sindicatos e outras limitações aos direitos dos empresários de administrar sua força de trabalho” (Hobsbawm, 1995, p. 106), garantindo que a ditadura estatal se refletisse no chão de fábrica. O modelo hierárquico imposto pelo regime fornecia uma justificação autorizada para o princípio de liderança que os patrões exerciam de forma despótica sobre seus subordinados, restaurando a autocracia fabril que havia sido abalada pelas conquistas sindicais das décadas anteriores.

A fábrica transformou-se, assim, em um espaço de estrita vigilância policial e administrativa. A opressão fascista fez recair sobre a sociedade um sistema de compressão desenhado especificamente para manter a população trabalhadora “sujeita ao fato mecânico da produção, sem possibilidade de ter uma vida própria, de manifestar uma vontade própria e de organizar-se para a defesa dos seus interesses” (Gramsci; Togliatti, 2019)¹⁷. Instrumentos de espionagem e controle tornaram-se rotina para expurgar qualquer foco de resistência laboral. Um exemplo dessa simbiose entre o capital e a vigilância política foi a utilização de “listas negras” de operários subversivos (como os documentos descobertos na sede da montadora Fita), que orientavam “uma série de medidas discriminadoras a respeito dos trabalhadores” (Gramsci, 2011, p. 323), garantindo que militantes antifascistas fossem sumariamente demitidos e impedidos de encontrar novos empregos.

Ao extirpar a solidariedade horizontal e criminalizar a ação conjunta, a erradicação das organizações trabalhistas independentes permitiu aos patrões e ao Estado fascista “tratar com os trabalhadores no nível individual, e não mais de forma coletiva” (Paxton, 2007, p. 227). A fábrica, outrora o grande campo de batalha pela emancipação proletária, foi convertida em um ambiente de máxima disciplina, terror e silêncio. Sem a proteção de seus órgãos representativos, o operariado viu-se isolado e submetido a uma intensificação brutal da exploração, o que garantiu às elites industriais a paz social e a pacificação fabril necessárias para a maximização ininterrupta de seus lucros.

¹⁷ Documento on-line não paginado. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2019/12/18/a-situacao-da-italia-e-as-tarefas-do-partido-comunista-italiano-pci-teses-de-lyon/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

3.4 A tomada do poder e a transformação do movimento em regime

A transição do fascismo italiano de movimento paramilitar para força estatal não ocorreu como um simples salto abrupto, nem pode ser explicada por uma narrativa linear de golpe ou tomada revolucionária do poder. Pelo contrário, o processo que culmina na Marcha sobre Roma e na nomeação de Mussolini como primeiro-ministro expressa uma dinâmica histórica marcada por gradualismo, pactos, cálculos e cumplicidades. Esse é um momento decisivo porque revela com clareza que o fascismo não destruiu imediatamente o Estado liberal para substituí-lo por um novo Estado, ele se infiltrou no sistema político, foi tolerado por ele e, por fim, foi incorporado pelas elites como alternativa de estabilização autoritária. O fascismo chegou ao governo por uma combinação de violência e legalidade, e essa combinação foi precisamente o que lhe permitiu converter-se em regime.

Esse ponto é fundamental para evitar duas distorções comuns: tratar a Marcha sobre Roma como uma insurreição que derrubou o Estado liberal por força própria, ou reduzi-la a um mero acidente parlamentar fruto de intrigas isoladas. A leitura marxista recusa ambas as teses ao reconhecer que, embora a Marcha tenha sido um ato de pressão e intimidação armada, sua eficácia dependeu da decisão consciente das elites em abrir caminho para o movimento. O poder, portanto, não foi simplesmente tomado, mas concedido por um sistema liberal em colapso. Essa crise não se limitou à instabilidade econômica, mas revelou a incapacidade das instituições oitocentistas de governar sociedades mobilizadas e lidar com as tensões sociais produzidas pela Grande Guerra. Nesse horizonte, a Marcha sobre Roma marca o momento em que a falência do liberalismo italiano se torna irreversível, apresentando a solução autoritária como a única saída viável tanto para os setores dominantes, que buscavam a preservação de sua hegemonia, quanto para parcelas da população desorganizadas e descontentes. Assim, o fascismo consolidou-se ao ocupar o vácuo deixado por um Estado que já não conseguia exercer sua autoridade por meios democráticos (Hobsbawm, 1995).

A Marcha sobre Roma, em outubro de 1922, é frequentemente representada como o grande gesto fundador do fascismo, embora seu significado histórico seja mais complexo. Em termos estritos, não se tratou de uma tomada militar do Estado, mas de um ato de pressão política armada cujo êxito dependeu menos do poder de fogo fascista e mais da recusa do Estado liberal em enfrentá-los. Ao declinar o estado de sítio e convidar Mussolini para formar governo, o rei Vítor Emanuel III transformou um movimento insurrecional em uma força institucionalmente legitimada, selando o colapso final da confiança das elites no sistema parlamentar. Dessa maneira, a ascensão fascista deve ser entendida como uma decisão

estratégica das classes dominantes diante de um impasse político profundo. Nessa perspectiva, o fascismo não se impõe como um poder autônomo e hostil ao Estado, mas como um aliado tático cujas chaves do poder lhe foram entregues por meio de um cálculo político consciente, e não por coerção direta. A Marcha sobre Roma funciona, assim, como o ponto de convergência entre a violência das milícias e a legalidade estatal, consolidando um pacto histórico onde o fascismo surge como a solução interna para a agonia do liberalismo (Hobsbawm, 1995).

Esse pacto se explica pela incapacidade da burguesia de governar por meios normais diante da luta de classes. A radicalização do pós-guerra, o medo da revolução e o enfraquecimento das instituições liberais criaram uma situação em que o fascismo apareceu como instrumento de recomposição da dominação. O Estado liberal não caiu porque foi derrotado militarmente, ele caiu porque já estava politicamente esgotado e porque suas elites preferiram sacrificar a democracia para preservar a ordem social capitalista.

A distinção entre “fascismo de governo” e “fascismo no poder” é fundamental para compreender a transformação do movimento em regime, tendo em vista que a nomeação de Mussolini como primeiro-ministro não significou, automaticamente, que o fascismo havia conquistado domínio total do Estado. No início, o fascismo governou por meio de coalizões e acordos com as forças tradicionais, buscando tranquilizar elites econômicas e setores conservadores. Essa fase inicial é marcada por um equilíbrio instável, ou seja, de um lado, a necessidade de preservar a aparência de legalidade, do outro, a pressão do movimento fascista para aprofundar a repressão e consolidar o regime (Gramsci; Togliatti, 2019).

O fascismo, ao entrar no governo, busca ampliar seu controle sobre o Estado e neutralizar adversários, até que a democracia liberal seja esvaziada. Esse processo revela que a tomada do poder é mais longa do que a conquista do governo, pois envolve transformar instituições já estabelecidas, reorganizar forças repressivas, controlar imprensa e destruir oposição. Acrescenta-se que esse processo gradual não é mera tática oportunista, mas expressão de uma necessidade estrutural: o fascismo precisa reorganizar o Estado para cumprir sua função histórica de neutralizar a luta de classes. Para isso, deve destruir as mediações populares, controlar os sindicatos, eliminar os partidos e reorganizar a sociedade civil sob formas autoritárias. Dessa forma, o fascismo no governo ainda convive com limites, mas o fascismo no poder os elimina (Gramsci; Togliatti, 2019).

A institucionalização da ditadura fascista na Itália consolidou-se por meio de uma supressão progressiva das liberdades políticas e da destruição sistemática da oposição. Nessa fase, o Estado liberal transmutou-se em um regime autoritário, no qual o pluralismo foi eliminado e a violência, antes exercida pelos esquadrões de rua, tornou-se uma repressão

institucionalizada, operada por aparatos policiais, censura rigorosa e tribunais especiais. A própria doutrina formulada por Mussolini sintetiza essa transformação ao postular o Estado como o centro absoluto da existência social, defendendo que, na concepção fascista, nada de humano ou espiritual possui valor ou realidade fora da estrutura estatal. Essa visão revela que o projeto fascista não buscava apenas o exercício do governo, mas a subordinação total da sociedade civil. A montagem da ditadura, portanto, ultrapassou a simples repressão física, configurando-se como uma reorganização profunda do corpo social. Esse processo envolveu a dissolução de partidos políticos, o controle rígido dos sindicatos, o cerceamento da imprensa e a edificação de um sistema político alicerçado em uma unidade nacional forçada, onde a autonomia individual e coletiva foi sacrificada em favor da onipotência do Estado.

Esse processo pode ser interpretado como uma reconfiguração da dominação burguesa em contexto de crise, já que o fascismo institucionaliza a ditadura para neutralizar definitivamente a luta de classes e garantir estabilidade ao capital. Não se trata apenas de um autoritarismo genérico, mas de uma forma específica de Estado que combina coerção sistemática, mobilização controlada e integração corporativa. A violência, nesse estágio, torna-se normalizada e permanente, não sendo instrumento emergencial, mas fundamento do regime. O resultado histórico dessa transformação é que o fascismo deixa de ser apenas movimento de combate contra o socialismo e se converte em forma estatal que reorganiza a sociedade italiana. O Estado fascista, ao se consolidar, passa a controlar não apenas o campo político, mas também a vida cultural, educativa e associativa, buscando impedir que a oposição se reorganize. A ditadura fascista não é, portanto, apenas um governo forte, é um projeto de reorganização autoritária da sociedade, orientado pela necessidade de conter o conflito social e preservar a ordem capitalista.

Um elemento decisivo para compreender a Marcha sobre Roma e seus desdobramentos é reconhecer que, em termos estritamente militares, o fascismo ainda não possuía força suficiente para impor uma tomada armada do Estado contra a vontade do aparato estatal. Isso significa que a Marcha sobre Roma funcionou menos como golpe clássico e mais como demonstração pública de capacidade de desestabilização. Sua força residiu na ameaça sobre a possibilidade de intensificação da violência e de guerra civil localizada, em um país já atravessado por conflitos sociais e por fragilidade institucional. O fascismo, portanto, não venceu o Estado em batalha, ele explorou o fato de que o Estado liberal já não possuía legitimidade e coesão suficientes para enfrentar o desafio sem risco de colapso ainda maior (Paxton, 2007).

Paxton (2007) chama atenção para esse aspecto ao enfatizar que o fascismo ascende ao poder por meio de uma negociação implícita com elites que buscam estabilizar a ordem. Sua análise sugere que o fascismo não deve ser entendido apenas como movimento insurgente, mas como força que se torna aceitável para setores dirigentes quando cumpre uma função política concreta de conter a esquerda. Ele esclarece que:

[...] os fascistas ofereciam uma nova receita de governo, contando com o apoio popular, sem implicar numa divisão do poder com a esquerda, e sem representar qualquer ameaça aos privilégios sociais e econômicos e ao domínio político dos conservadores. Os conservadores, de sua parte, tinham em mãos as chaves das portas do poder (Paxton, 2007, p. 176).

Essa observação é central porque permite compreender o caráter profundamente contraditório do processo: as elites abriram caminho para o fascismo como instrumento de recomposição, mas o fascismo, uma vez no governo, buscou expandir sua autonomia e transformar o Estado. O cálculo conservador, portanto, não apenas falhou, ele revelou os limites do liberalismo em crise, ou seja, quando a democracia é percebida como obstáculo à ordem social, ela se torna descartável.

Nesse ponto, o fascismo se encontrou no interior de um impasse estrutural. A burguesia italiana enfrentava uma crise de hegemonia, já que não conseguia governar por consenso, mas precisava preservar a ordem social capitalista diante da mobilização operária e camponesa. O fascismo aparece como solução política que combina dois movimentos simultâneos: primeiro, destruir as organizações subalternas e, segundo reorganizar o Estado para que ele fosse capaz de garantir disciplina social. A Marcha sobre Roma é, portanto, o símbolo de uma transição mais profunda, da passagem do liberalismo parlamentar para uma forma autoritária de governo compatível com as exigências do capital em crise.

A distinção entre o fascismo no governo e o fascismo no poder não é meramente cronológica, mas qualitativa. Enquanto a fase inicial operava sob compromissos e limitações institucionais, o fascismo no poder dedicou-se a reorganizar integralmente esse quadro, eliminando adversários e convertendo o Estado em um instrumento totalizante. Esse processo realizou-se por etapas estratégicas: a ocupação de postos-chave, a neutralização da oposição, a centralização do comando e, por fim, a normalização da repressão como regra de governo. A própria doutrina fascista fornece os fundamentos para essa transição ao postular que tudo deve estar contido no Estado, declarando que a sociedade civil deve ser plenamente absorvida pela autoridade central. Essa premissa não é apenas retórica; ela expressa uma concepção política em que o pluralismo, a autonomia das associações e o conflito social são encarados como

ameaças existenciais à unidade nacional. Nesse sentido, a institucionalização da ditadura não representou um desvio ocasional, mas a realização coerente e sistemática da concepção fascista de Estado, onde a ordem é imposta pela anulação de qualquer mediação independente.

Gramsci (2011) demonstra que, em momentos de crise orgânica, a burguesia pode abandonar a hegemonia liberal em favor de soluções autoritárias para manter o controle social. O fascismo atua como esse mecanismo de recomposição, integrando-se às estruturas tradicionais de poder, uma vez que o:

[...] partido fascista tende assim para a perda do caráter de movimento autônomo de certos estratos sociais intermédios que tinha na sua origem, solda-se intimamente, com a sua mesma organização, à estrutura econômica e política das classes dirigentes (Gramsci, 2011, p. 37).

Nesse cenário, a crise de direção é resolvida pela imposição de uma ordem baseada na coerção permanente, transformando o antigo consenso em uma adesão forçada ou resignação pragmática por parte das massas.

Essa dimensão, ao ser reinserida no conflito social, estabelece que o renascimento nacional fascista é, na prática, uma forma de neutralização da luta de classes e de reorganização da dominação burguesa. O fascismo promete revolução, mas realiza contrarrevolução. Ele promete unidade, mas produz hierarquia. Ele promete ordem, mas institucionaliza violência. A transformação do movimento em regime se completa quando essa promessa é inscrita nas instituições: censura, polícia política, controle de sindicatos, supressão do pluralismo e reorganização do Estado.

Dessa forma, a Marcha sobre Roma e a transição do fascismo ao poder devem ser compreendidas como processo histórico em que a violência e legalidade se articulam, elites e movimentos convergem por cálculo, e a crise do liberalismo se resolve pela sua negação. A passagem do fascismo ao poder não é apenas um evento de 1922, mas um processo de reconfiguração do Estado que culmina na institucionalização da ditadura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o fascismo histórico e o capitalismo monopolista, retomando o tema central trabalhado nesta monografia, permite reafirmar que o objetivo principal desta investigação foi romper com interpretações que isolam o fascismo do movimento estrutural do capital. Aqui, foi demonstrado que o regime de Benito Mussolini não pode ser reduzido a um “parêntese” moral na história italiana, nem compreendido apenas como produto da personalidade de um líder carismático. Ao contrário, o fascismo foi analisado como forma política específica de reorganização da dominação de classe em um contexto de crise orgânica do capitalismo em sua fase monopolista.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que a transição da livre concorrência para o monopólio não produziu apenas transformações econômicas quantitativas, mas alterou qualitativamente a própria arquitetura do Estado. A concentração e centralização do capital, a fusão entre capital industrial e financeiro, a crescente dependência de encomendas estatais e o recurso estrutural ao militarismo configuraram um cenário no qual o liberalismo parlamentar revelou-se incapaz de garantir estabilidade política e reprodução ampliada do capital. A hipótese de que o fascismo constitui uma resposta autoritária a esse impasse foi sustentada pela análise da experiência italiana: a crise do transformismo, o colapso da hegemonia liberal, o *Biennio Rosso* e a emergência das milícias fascistas como instrumento de contrarrevolução preventiva.

A validação dos objetivos propostos inicialmente pode ser explicitada de forma mais sistemática. O primeiro objetivo, compreender o fascismo como fenômeno inscrito nas contradições do capitalismo, foi alcançado ao demonstrar que a aparente autonomização do Estado sob o fascismo não implicou ruptura com o capital, mas sua blindagem política. A leitura do bonapartismo mostrou-se fundamental para esclarecer essa dinâmica: a burguesia, diante do equilíbrio catastrófico entre classes, abdica do controle político direto para preservar sua supremacia econômica. O segundo objetivo, analisar as especificidades da formação social italiana, foi igualmente cumprido ao evidenciar como a revolução passiva do *Risorgimento* e o transformismo criaram um Estado socialmente descolado das massas, incapaz de exercer hegemonia duradoura. O terceiro, e último objetivo, articula os fundamentos do materialismo dialético e a análise histórica concreta, consolidou-se ao longo dos dois capítulos, demonstrando a potência interpretativa de Marx (2011), Engels (2019), Lênin (2011), Rosa Luxemburgo (1970), Gramsci e Togliatti (2019), Hobsbawm (1995), Thalheimer (2010) e Sweezy (1976) para a compreensão do fenômeno fascista. Vale ressaltar, também, a importância das obras de

autores como Paxton (2007), Fabbri (2019) e Frei (2012), que, apesar de não trabalharem em suas obras uma abordagem marxista, foram igualmente necessários para as interpretações tomadas aqui.

Contudo, para além da confirmação das hipóteses, o trabalho também revelou nuances que enriquecem o debate historiográfico. Um dos achados mais significativos foi a constatação de que o fascismo não se sustentou apenas pela coerção nua e crua, mas por uma engenharia política complexa que combinou violência, reorganização institucional e mobilização ideológica das massas. O corporativismo, por exemplo, não pode ser lido apenas como instrumento repressivo, mas como tentativa de reorganizar juridicamente o conflito de classes, dissolvendo sua expressão autônoma e transformando-o em função administrada pelo Estado. O militarismo, por sua vez, mostrou-se não apenas como estratégia geopolítica, mas mecanismo econômico de absorção da superprodução e reativação da acumulação.

Entretanto, é fundamental reconhecer as limitações desta pesquisa. A principal delas diz respeito ao recorte analítico privilegiado: ao centrar-se na experiência italiana, o trabalho optou por uma análise aprofundada de um caso específico, o que implicou na renúncia a uma comparação sistemática com o nazismo alemão de Hitler, ou com outras variantes autoritárias do período (como a Espanha de Franco, Portugal de Salazar, etc.). Embora diálogos comparativos tenham sido mencionados, uma investigação mais ampla poderia iluminar as diferenças entre as formas nacionais de fascismo e suas respectivas mediações econômicas e culturais.

Estudos futuros podem explorar comparações entre fascismos históricos e manifestações contemporâneas da extrema direita, sobretudo em contextos de crise econômica prolongada e reconfiguração do capitalismo financeirizado. A investigação das relações entre neoliberalismo, desdemocratização e formas autoritárias de governo constitui um campo particularmente relevante. Também se mostra promissora a articulação entre teoria da crise orgânica e transformações recentes do Estado, especialmente em sociedades marcadas por precarização do trabalho e erosão da representação política.

Ao demonstrar que o fascismo não foi um desvio externo à modernidade capitalista, mas uma possibilidade interna às suas contradições, o trabalho recoloca o debate sobre os limites estruturais da democracia liberal. A história italiana evidencia que, quando a hegemonia se dissolve e as instituições parlamentares perdem a capacidade de mediação, a coerção pode emergir como forma de reorganização da ordem. Essa constatação não deve ser lida como determinismo histórico, mas como alerta teórico.

Assim, as considerações finais deste estudo não encerram o debate; ao contrário, reafirmam sua atualidade. Compreender o fascismo histórico é também compreender as condições sob as quais a dominação de classe se reinventa. A análise aqui desenvolvida pretende contribuir para que o fascismo deixe de ser tratado como exceção inexplicável e passe a ser entendido como fenômeno histórico concreto, inscrito nas crises do capital. Se a história não se repete mecanicamente, ela revela, contudo, tendências e possibilidades. Reconhecê-las é tarefa historiográfica crítica e, ao mesmo tempo, exercício de responsabilidade intelectual diante do presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, André Figueiredo. A crítica lukacsiana ao fascismo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 7-15, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i2.33232>. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lukacs/ano/mes/A-Critica-Lukacsiana-ao-Fascismo.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FABBRI, Luce. **Fascismo**: definição e história. Tradução: Fernanda Grigolin, Rodrigo Millán. São Paulo: Tenda de Livros, 2019.
- FRESU, Gianni. O transformismo permanente: Gramsci e a crítica do fetichismo histórico e da mitologia nacional. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, v. 53, n. 2, p. 18-34, 2018. DOI: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n2.03.p18>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8504>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**: antologia. Tradução: Carlos Diegues. Galiza: Estaleiro Editora, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere II**: Risorgimento – Notas sobre a história da Itália. Edição e tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.
- GRAMSCI, Antonio. O fascismo e sua política (Escritos políticos). **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 253-256, 2019. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v11i2.34146>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/34146>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- GRAMSCI, Antonio; TOGLIATTI, Palmiro. A situação da Itália e as tarefas do Partido Comunista Italiano (PCI): Teses de Lyon. Tradução: Aécio Alves de Oliveira, Danyelle Nilin Gonçalves, Eduardo Gomes Machado, Elda Maria Freire Maciel, José Lindomar Coelho Albuquerque, Katherine de Macêdo Maciel, Maria Cristina de Queiroz e Raul Patricio Gastelo. **LavraPalavra**. [S. l.], 18 dez. 2019. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2019/12/18/a-situacao-da-italia-e-as-tarefas-do-partido-comunista-italiano-pci-teses-de-lyon/>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Campinas: Unicamp, 2011.

LUKÁCS, Györg. **História e consciência de classe**. Tradução: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudos sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução: Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MACIEL, Jéssica; FERRAZ, Deise Luiza; BIONDINI, Bárbara; FRANCO, David. O setor bancário brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 127-151, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202100010006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/7m9zDRQvyFDfnXLxXJCXY8K/?lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2026.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **As origens do fascismo**. São Paulo: Alameda, 2010.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2019.

MUSSOLINI, Benito. **A doutrina do fascismo**. [S. l.: s. n.], 1932. Disponível em: <https://ia801806.us.archive.org/26/items/1932-a-doutrina-do-fascismo/1932%20-%20A%20Doutrina%20do%20Fascismo.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2026.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. *In*: REIS FILHO, Daniel Aragão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). **O século XX**: o tempo das crises – Revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2, p. 107-163.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: princípios de economia política marxista. Tradução: Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

THALHEIMER, August. **Sobre o fascismo**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010. v. 1.

TOGLIATTI, Palmiro. Antônio Gramsci, chefe da classe operária italiana. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, Rio de Janeiro, n. 25, 1950. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/togliatti/ano/mes/gramsci_25.htm. Acesso em: 26 mar. 2026.